

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - Nº 013

SÁBADO, 24 DE JANEIRO DE 1998

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA

Presidente

Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo - PSDB - RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise - Bloco - MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio - PFL - TO

3º Secretário

Flaviano Melo - PMDB - AC

4º Secretário

Lucídio Portella - PPB - PI

Suplentes de Secretário

1ª - Emilia Fernandes - Bloco - RS

2ª - Lúcio Coelho - PSDB - MS

3ª - Joel de Hollanda - PFL - PE

4ª - Marluce Pinto - PMDB - RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma - PFL - SP

Corregedores - Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1ª - Ramez Tebet - PMDB - MS

2ª - Joel de Hollanda - PFL - PE

3ª - Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - Bloco - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - Bloco - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Élcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Póres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antonio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Espendão Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Odacir Soares

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizado em 8-1-98

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JULIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do
Senado Federal

MARCIA MARIA CORRÊA DE AZEVEDO
Diretora da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 13ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE JANEIRO DE 1998

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Pareceres

Nº 41, de 1998, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996 (nº 1.275/95, na Casa de origem), que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.....

01219

Nº 42, de 1998, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 1997 (nº 523/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, em Brasília, em 3 de abril de 1997.....

01228

1.2.2 - Requerimentos

Nº 47, de 1998, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....

01229

Nº 48, de 1998, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto as informações que menciona.....

01230

1.2.3 - Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente.....

01230

1.2.4 - Discursos do Expediente

SENADORA EMILIA FERNANDES - Importância da mobilização da sociedade brasileira na divulgação e no estímulo ao cumprimento do novo Código Nacional de Trânsito. Defesa da aprovação de projeto de lei de sua autoria, que estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito.....

01230

SENADOR NABOR JÚNIOR - Considerações sobre o novo Código Nacional de Trânsito.....

01234

SENADOR LEONEL PAIVA - Debate sobre o novo Código Nacional de Trânsito. Parabenizando o Governo pela assinatura, no último dia 14, de medida provisória que simplifica o processo de constituição de micro e pequenas empresas nas juntas comerciais. Implantação, em todo

o território nacional, da Central de Atendimento Empresarial - Fácil, projeto idealizado pelo Governo do Distrito Federal.....

01236

SENADOR LÚDIO COELHO - Dificuldades enfrentadas pelos frigoríficos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.....

01237

SENADOR EDUARDO SUPlicy - Anúncio do inovador acordo firmado entre a Volkswagen e os metalúrgicos do ABC e de Taubaté/SP. Importância do diálogo entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Embaixador dos EUA, relativo à questão da concessão de visto de entrada àquele país ao Deputado Fernando Gabeira. Ponderações sobre a manifestação dos aposentados no Palácio do Planalto, na última quarta-feira.....

01237

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA - Reflexão sobre a visita do Papa João Paulo II a Cuba.....

01242

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Perplexidade com as declarações do Governador de Brasília, Cristovam Buarque, que atribui a S. Exª o não-repasse de verbas federais à cidade.....

01246

SENADORA MARINA SILVA - Alerta para as consequências do desmatamento na Amazônia. Atraso na publicação dos dados sobre o desmatamento na Amazônia pelo Governo Federal, dificultando o trabalho das organizações de meio ambiente, no sentido de evitar problemas maiores.....

01249

SENADOR EDISON LOBÃO - Devastação das florestas tropicais da Amazônia por madeiras asiáticas.....

01252

1.2.5 - Discurso encaminhado à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS - Congratulações à Srª Rosanna Romano Lulo, ganhadora de uma Ferrari 355, cujo valor de sua venda será destinado integralmente para fortalecer o desenvolvimento de um projeto beneficente de alfabetização de crianças carentes no Estado de Mato Grosso.....

01257

1.3 - ENCERRA

2 - AGENDA CUMPRIDA - PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 23-1-98

3 - ATA DE COMISSÃO		8 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
2ª Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de janeiro de 1998.....	01258	9 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
4 - ATOS DO DIRETOR-GERAL		10 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
Nºs 103 a 121, de 1998.....	01262	11 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)
5 - MESA DIRETORA		
6 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR		
7 - PROCURADORIA PARLAMENTAR		

Ata da 13ª Sessão Não Deliberativa em 23 de janeiro de 1998

6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo,

Lúdio Coelho, Artur da Távola e Jefferson Péres.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho, procederá à leitura do Expediente.

E lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 41, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996 (nº 1.275/95, na Casa de origem) que "dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências".

Relator: Senador Sebastião Rocha

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise e deliberação, o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996 (Projeto de Lei nº 1.275, de 1995, na Casa de origem) que "dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências".

O art. 1º define "serviço voluntário" como atividade não-remunerada, prestada por pessoa física, e o tipo de instituição que poderá aceitar esse serviço, caracterizando como "pública de qualquer natureza" e "privada de fins não-lucrativos", com "objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social".

O parágrafo único do art. 1º estabelece que "o serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim".

O art. 2º determina que o serviço voluntário será exercido mediante celebração de termo de adesão, entre a entidade e o prestador de serviço, dele devendo constar "o objeto e as condições de seu exercício".

O art. 3º estabelece que as despesas comprovadamente realizadas, no desempenho das atividades

des voluntárias, "poderão" ser ressarcidas, desde que – parágrafo único – "expressamente autorizadas".

Já o art. 4º determina a vigência da lei e o art. 5º tem caráter revogatório.

É o Relatório.

II – Do Voluntariado no Estado Social de Direito

O trabalho voluntário – que tem origem milenar – assume, no séc. XX, contornos totalmente novos, em relação ao passado. Porém, de certa forma, retornou a suas origens, na medida em que, entre gregos e romanos, a ação voluntária não tinha caráter individualizado, mas exercia-se no âmbito da pólis, visando o povo em geral.

Esta é a característica atual, que define o perfil moderno de voluntariado. Trata-se de um duplo exercício de cidadania, na medida em que: subjetivamente, é um ato "engajado, participativo, consciente", como define Monica Corullón¹ e, objetivamente, caracteriza um compromisso com ações de caráter eventual ou permanente, com base num ideal ou causa, através da tomada de consciência de problemas e dificuldades sociais, que se cristalizam em necessidades individuais e coletivas.

Hoje, encontramos voluntários não só nas instituições tradicionalmente voltadas para a assistência à saúde (ex: Liga Feminina de Combate ao Câncer), a pesquisa científica (ex: Fundação Jacques Cousteau), de reabilitação e inserção profissional (ex: sociedade Pestalozzi, para pessoas portadoras de deficiência, e Pequeno Cidadão, para meninos de rua ou carentes) mas com outros objetivos: luta pelos direitos humanos (ex: Amnesty International), defesa do meio ambiente (ex: Greenpeace), estímulo à vida associativa (ex: Rotary Club Internacional), defesa dos direitos da mulher (ex: Clube Soroptimista Internacional), e, ainda, na recuperação da saúde (ex: Médecins sans Frontières).

Mesmo em instituições públicas (municipais, estaduais ou federais) os voluntários encontram es-

paço de atuação: museus (ex: Museu de Arte Moderna de São Paulo), juizados de pequenas causas (onde juizes aposentados atuam, voluntariamente), ex-Sucam/MS, no combate às endemias rurais e urbanas (ex: Programa da Malária), e, mais recentemente, por ocasião da visita do Papa ao Brasil, voluntários participaram da organização, administração e apoio, junto à Igreja Católica e ao Poder Público, no Rio de Janeiro.

Diante dessas constatações é de se perguntar por que razão a ação voluntária assumiu tal expansão, em nosso tempo, tanto no setor público como privado: razões demográficas? aumento de carências ou necessidades? incapacidade dos poderes públicos? como entender a criação constante e crescente de organizações não-governamentais, no mundo inteiro?

Para o estudioso espanhol, Enrique Sánchez Antón² o cenário atual evidencia uma evolução do **Welfare State** do pós-guerra, uma mudança de modelo, onde o Estado de Bem Estar Social transforma-se, evolui, evidenciando um novo equilíbrio entre Estado-Sociedade, para alcançar "o Estado Social de Direito", que se configura no âmbito constitucional das nações, "como adequada resposta às necessidades de nossa sociedade".

Em sua obra, afirma ele que "o Estado Social requer a superação de desigualdades e privilégios, a erradicação da dominação e do despotismo, e que os cidadãos possam comprometer-se com o bem comum, de maneira a que o desenvolvimento de suas capacidades seja o eixo sobre o qual gire a construção da qualidade de vida".

Para o autor espanhol, "o Estado Social articula Estado e sociedade, não se limita a buscar o crescimento econômico e o incremento do consumo, mas busca uma redistribuição mais equitativa da riqueza e do fomento da solidariedade, para alcançar um nível de vida digno para toda a população".

"Este novo equilíbrio que requer o Estado Social", diz Sanchez, "configura-se num sistema com três pontes de apoio ou iniciativa: o Estado (iniciativa pública), o mercado (iniciativa privada) e os cidadãos (iniciativa social)".

"Mas não parece provável", diz ele, "que a iniciativa privada preencha os vazios deixados pelo setor público, em seu recuo: corresponde à iniciativa social, e, concretamente, ao voluntariado, cobrir esse espaço e outros que possam surgir, através de

uma ação que complemente as da iniciativa pública", ou seja, do Estado.

Neste cenário, "o voluntariado não pretende competir com o setor público, nem ter – como beneficiários – pessoas diferentes daquelas que o Estado atende; ambos estão intimamente entrelaçados, no âmbito do bem estar social, nos países ocidentais," e, ainda, faz a seguinte ressalva: "carece de fundamento a idéia de substituir os serviços sociais públicos pelo voluntariado".

Nesse sentido, afirma que as organizações de voluntariado necessitam de financiamento público (além das doações voluntárias), assim como a Administração Pública necessita do dinamismo e da maior proximidade dos problemas sociais – assim como o menor custo – dessas organizações.

Dentro desse espírito, pode-se observar que a tendência da sociedade brasileira – da mesma forma que nas sociedades ocidentais – é de um modelo tipo Estado Social de Direito, que não se coaduna, em nenhum sentido, com a recente proposta do Poder Executivo federal, referente à criação de Organizações Sociais.

Estas têm como fundamento a substituição da ação pública ou da iniciativa pública, bem como a assunção dos deveres do Estado, por instituições de caracterização nebulosa, que sinalizam na direção de uma reforma administrativa subjacente, sem nenhum respaldo constitucional e legal – na verdade, injurídica – cujos objetivos deverão ser analisados com muita cautela.

III – Voto

No projeto de lei em tela, a idéia de voluntário e de voluntariado aparece, conforme a análise de Enrique Sánchez, ou seja: "é um aspecto intrínseco da sociedade democrática, em que se manifesta a liberdade de associação para fins pluralistas, assim como o desejo de participação e de realização de objetivos concretos".

Aparentemente, é dentro desse espírito que o Programa Comunidade Solidária criou o "Programa de Formação de Voluntariado", com a finalidade de criar dez Centros de Voluntariado, em dez áreas metropolitanas, entre 1997 e 1999; para tanto, assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de 8 milhões de dólares.

Esses Centros destinar-se-ão a estimular o trabalho voluntário, mobilizando a sociedade civil, organizando a oferta e a demanda, capacitando coordena-

nadores e monitores, com base nas conclusões de seminários regionais, ocorridos no último trimestre do ano passado e no 1º trimestre de 1997.

Os executores desse convênio, para o repasse dos recursos, são a Fundação Banco do Brasil e a Unesco.

¹ In "Voluntários: Programa de Estímulo ao Trabalho Voluntário no Brasil", Fundação Abrinq, publicado pela Comunidade Solidária, abril, 1996.

² In "Cadernos de Sensibilización - Voluntariado", Enrique Sánchez Antón y Francisca Nuñez Tomás, editado pelo Movimento por la Paz, El Desarme y La Libertad, Madrid, 1996 (Coordenação de Esteban de T. Navarro).

Os dez centros deverão ser criados por iniciativa de grupos organizados, visando objetivos comuns, desenvolvendo um trabalho conjunto e harmonioso; ao Comunidade Solidária cabe estimular e apoiar os centros que, após o repasse de recursos provenientes do BID, deverão autofinanciar-se, a partir do ano 2000.

No primeiro ano, os recursos repassados cobrirão 60% dos custos, no segundo ano, 40%, e no terceiro ano, 20%. Cada centro poderá receber, no máximo US\$144,000.00, no total, ao longo desses três anos.

Evidencia-se, portanto, a necessidade e a urgência de uma definição de voluntariado e de trabalho voluntário, por via legal, para dar suporte jurídico e para normalizar as ações de caráter social, assim desenvolvidas.

Ressalte-se que, no caso do projeto de lei em estudo, não se trata, de nenhuma maneira, de uma regulamentação de caráter profissional, mas sim de uma definição, de uma conceituação de voluntariado, de voluntário, bem como do tipo de instituição que o promove.

Não se pretende, aqui, criar ou regulamentar uma atividade, um serviço, um tipo de trabalhador convencional, mas estabelecer os limites da ação voluntária, para que se evitem malentendidos e inadequadas interpretações jurídico-legais das atividades dessas pessoas.

Ser voluntário não significa ser um trabalhador *stricto sensu*, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nem um prestador de serviços, também definido legalmente como um trabalhador eventual e remunerado, com deveres tributários, inclusive.

As Nações Unidas assim definem o voluntário: "é o jovem ou adulto que, devido a seu interesse pessoal e a seu espírito cívico, dedica parte de seu

tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividade, organizadas ou não, de bem-estar social".

Considerando a importância dos objetivos a que se propõe o projeto de lei em tela e a necessidade de definição de voluntariado e dos limites do trabalho voluntário, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996.

Folha de assinatura dos membros da Comissão de Assuntos Sociais do Parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, aprovado nesta Comissão, sendo rejeitadas as emendas de nºs 1 a 9, de Relator, e a de nº 10.

Sala da Comissão, 21 de janeiro de 1998. –
Ademir Andrade, Presidente – **Sebastião Rocha**, Relator – **José Blanco** – **Romero Jucá** – **Otoniel Machado** – **Leonel Paiva** – **Waldeck Ornelas** – **Sérgio Machado** – **João França** – **Emília Fernandes** – **Mariuce Pinto** – **Artur da Távola** – **Júlio Campos** – **Bello Parga** – **Abdias Nascimento** – **Regina Assumpção** – **Leomar Quintanilha** – **Carlos Bezerra** – **Osmar Dias**.

**DOCUMENTOS CITADOS NO
PARECER E ANEXADOS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS
DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO
REGIMENTO INTERNO**

ESTUDO Nº 73, DE 1997

**Análise sucinta e prévia do PLC nº 100,
de 1996.**

O ilustre Senador Ademir Andrade, através do STC, solicita uma análise prévia do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996 (nº 1.275, de 1995, na origem). A iniciativa em apreciação "Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências".

Sobre a matéria gostaríamos de tecer duas espécies de considerações. A primeira diz respeito à juridicidade. A segunda pretende abordar o mérito da proposta normativa.

– Juridicidade

A justificação da iniciativa reconhece que, a partir de uma visão mais rigorosa, a matéria não precisaria ser regulamentada: "antes de mais nada, cumpre justificar a necessidade de tal regulamentação, já que se trata de atividade espontânea e relacionada com a liberdade individual, e que, a rigor bem precisaria ser regulamentada".

A proposta legislativa, sem dúvida, está destinada a limitar algumas interpretações judiciais do conceito de empregado, inscrito no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho: "Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário". Trata, então, de criar uma figura que, dentro de uma interpretação correta do artigo citado, já existe.

Ora, nos parece indubitável que, não havendo dependência e remuneração, não se configura a relação de emprego. Inexistindo relação empregatícia, o trabalhador está desprotegido pela legislação trabalhista.

Ocorre que a realidade, na riqueza dos fatos sociais, apresenta situações de difícil enquadramento legal. A proposição em estudo atenta para "interpretações abusivas" que estariam dando a não-empregados direitos trabalhistas inerentes à condição dos contratados.

Na outra face da moeda, temos a utilização do trabalho voluntário muitas vezes, de forma abusiva, com subordinação e remuneração nem sempre claras. É realmente difícil, na prática, estabelecer limites entre o que é estritamente assistencial, cultural ou religioso e o que acaba sendo remunerado direta ou indiretamente.

Em nosso entendimento, a criação de uma nova norma dispondo sobre o trabalho voluntário não vai resolver as situações duvidosas, que continuarão dependendo do bom senso dos juizes. E se a nova norma não serve para definir melhor a situação dos trabalhadores voluntários, serve apenas como complicador no ordenamento jurídico. Trata-se aqui de situações fáticas. E fatos dependem de provas quando submetidos à apreciação judicial.

Assim, se nos afigura inútil a disciplina da matéria. Crendo na inutilidade de disciplinar o "trabalho voluntário", temos presente a idéia de que o conceito celetista de empregado já foi dissecado à exaustão.

Como a lei não deve conter inutilidade, entendemos que a proposição não atende ao pressuposto de juridicidade.

II – Mérito

Ainda que superado o aspecto jurídico puro, que às vezes se confunde com o mérito, temos a considerar razões que depõem contra o mérito da iniciativa.

Em primeiro lugar, a aprovação de tal norma serviria como estímulo a eventuais abusos. Na prática, celebra-se um termo de adesão e as "despesas" realizadas no desempenho da atividade são ressar-

cidas. Que despesas seriam estas? As despesas que são, obviamente, de responsabilidade das entidades públicas e instituições privadas de fins não lucrativos? Ou as despesas de alimentação e locomoção do trabalhador voluntário? Na primeira hipótese, a norma é inócua. Na segunda, poderia configurar a enumeração e, como consequência, teríamos uma aproximação de condições de empregado.

Em segundo lugar, a proposição peca por passar distante da questão da subordinação, o outro elemento fundamental na configuração da relação de emprego. Uma vez celebrado o "termo de adesão", no qual devem constar o objeto e as condições de exercício do trabalho voluntário, ficaria o empregado subordinado aos termos previstos na adesão. E se fica subordinado, a voluntariedade tende a desaparecer.

Os pressupostos de remuneração e subordinação, em suma, dependem de uma análise caso a caso, impossível de ser fixada a priori mediante lei.

III – Consideração Final

Em face do exposto, nosso entendimento é de que a iniciativa constante do PLC nº 100, de 1996, nada acrescenta para a solução dos litígios nos quais se discute a existência ou não de uma relação de emprego. Sendo assim, não consegue apresentar razões suficientes para constar do ordenamento jurídico. Deixa, em consequência, de atender ao pressuposto de juridicidade.

Quanto ao mérito, a proposição, ao pretender coibir interpretações judiciais "abusivas", acaba abrindo espaço para abusos de outra natureza, já muito mais numerosos. Nos limites finais teríamos ocorrências de "trabalho escravo" escamoteado em voluntariedade. Então, no mérito, consideramos a matéria também rejeitável.

Consultoria Legislativa, 10 de abril de 1997. –
Marcos Francisco Reimann, Consultor Legislativo.

RELATÓRIO

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de
1996 (nº 1.275, de 1995, na origem) que
"dispõe sobre o serviço voluntário e dá
outras providências".**

Relator: Senador Sebastião Rocha.

I – Relatório

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, de autoria do ilustre Deputado Paulo Bornhausen. A iniciativa pretende regular a prestação de serviços voluntá-

rios "prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade" (art. 1º do PLC).

Em defesa da proposição é apontada a ocorrência freqüente de litígios trabalhistas envolvendo indivíduos que trabalham como voluntários e, posteriormente, pleiteiam o reconhecimento do vínculo de emprego: "infelizmente a experiência de inúmeras organizações voluntárias vem demonstrando a necessidade de tal regulamentação. Indivíduos se comprometem, por vezes até mesmo mediante votos religiosos, a exercer uma determinada atividade e posteriormente, por razões as mais variadas, movem ações trabalhistas contra essas organizações".(...)

Como consequência de transformação, via judicial, do trabalho não remunerado em remunerado, com todos os encargos daí decorrentes, as organizações que exercem atividades não lucrativas estariam sendo oneradas excessivamente e correndo o risco de terem de abandonar as suas funções sociais, culturais e religiosas.

A proposta foi aprovada na casa de origem, tendo tramitado em regime de urgência. É o relatório.

II – Análise

A proposição foi elaborada com observância dos pressupostos constitucionais relativos à iniciativa (art. 61) e à competência (*caput* do art. 48). A alteração pretendida não conflita com os princípios constitucionais gerais. Não há, portanto, restrições à constitucionalidade da matéria.

No tocante à juridicidade e ao mérito, gostaríamos de tecer algumas considerações.

Em se tratando da juridicidade das disposições constantes do texto em análise o próprio autor reconhece, na justificação, que a atividade voluntária, a rigor, não precisaria ser regulamentada. O objetivo pretendido é evitar interpretações judiciais que reconheçam vínculo empregatício em situações nas quais o trabalhador estaria prestando serviços por sua própria vontade. Em nosso entendimento, a iniciativa não se revelará apta a atingir tais objetivos, porque, no caso, os fatos são mais importantes do que a norma para a solução do problema.

Havendo dúvidas na análise do caso em litígio, só a interpretação judicial tem condições de definir com clareza o que está ocorrendo naquela relação de trabalho específica. Abusos há, com certeza, mas só mediante prova se poderá saber se é o empregado que está pleiteando parcelas indevidas ou se é a

instituição que se utiliza indevidamente do trabalho voluntário, com subordinação e remuneração.

A regra geral que define a condição de empregado, inscrita no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT reza que "Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário". A partir desse conceito, estudado minuciosamente pela doutrina, é definida a existência de emprego ou não. Os requisitos são claros: não eventualidade, dependência e remuneração. Ausente qualquer um deles não há a relação empregatícia. No caso dos trabalhadores voluntários, obviamente não há dependência e nem remuneração, inexistente portanto, o vínculo empregatício.

Com relação ao mérito, não há como discutir o alcance da medida uma vez que busca desempenhar papel e ajuda ao Estado, auxiliando os mais carentes com a prestação de assistência social. Gostaríamos apenas de revelar nosso temor de que tal norma, se aprovada na forma como se encontra, acabe servindo de estímulo ao uso abusivo de trabalho voluntário. Na prática, através do termo de adesão previsto na iniciativa, os contratantes poderiam fixar formas de "retribuição por despesas", verdadeiras remunerações mínimas para fugir de encargos sociais e previdenciários, o que pode ser plenamente corrigido com a emenda supressiva que oferecemos à proposição.

Emenda Supressiva de Relator:

Suprime-se o art. 3º e seu parágrafo único do PLC n.º 100/96 (n.º 1.275 de 1995, na origem), renumerando-se os demais.

III – Voto do Relator

Analisando o texto do Projeto de Lei da Câmara n.º 100/96, especialmente no tocante ao mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação dessa iniciativa. Nosso voto, portanto, é pela aprovação da matéria.

Sala da Comissão, em Presidente – Relator.

RELATÓRIO

Da Comissão de Assuntos Sociais
ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de
1996 (nº 1.275, de 1995, na origem) que
"Dispõe sobre o serviço voluntário e dá
outras providências".

Relator: Senador Sebastião Rocha

I – Relatório

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, de autoria do ilustre Deputado Paulo Bornhausen. A iniciativa pretende regular a prestação de serviços voluntários "prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade" (art. 1º do PLC).

Em defesa da proposição é apontada a ocorrência freqüente de litígios trabalhistas envolvendo indivíduos que trabalham como voluntários e, posteriormente, pleiteiam o reconhecimento do vínculo de emprego: "infelizmente, a experiência de inúmeras organizações voluntárias vem demonstrando a necessidade de tal regulamentação. Indivíduos se comprometem, por vezes até mesmo mediante votos religiosos, a exercer uma determinada atividade e posteriormente, por razões as mais variadas, movem ações trabalhistas contra essas organizações".(...)

Como consequência de transformação, via judicial, do trabalho não remunerado em remuneração, com todos os encargos daí decorrentes, as organizações que exercem atividades não lucrativas estariam sendo oneradas excessivamente e correndo o risco de terem de abandonar as suas funções sociais, culturais e religiosas.

A proposta foi aprovada na casa de origem, tendo tramitado em regime de urgência.

É o relatório.

II – Análise

A proposição foi elaborada com observância dos pressupostos constitucionais relativos à iniciativa (art. 61) e à competência (*caput* do art. 48). A alteração pretendida não conflita com os princípios constitucionais gerais. Não há, portanto, restrições à constitucionalidade da matéria.

No tocante à juridicidade e ao mérito, entretanto, gostaríamos de tecer algumas considerações que depõem contra a aprovação de norma desta natureza.

Em se tratando da juridicidade das disposições constantes do texto em análise o próprio autor reconhece, na justificação, que a atividade voluntária, a rigor, não precisaria ser regulamentada. O objetivo pretendido é evitar interpretações judiciais que reconheçam vínculo empregatício em situações nas quais o trabalhador estaria prestando serviços por sua própria vontade. Em nosso entendimento, a iniciativa não se revelará apta a atingir tais objetivos,

porque, no caso, os fatos são mais importantes do que a norma para a solução do problema.

Havendo dúvidas na análise do caso em litígio, só a interpretação judicial tem condições de definir com clareza o que está ocorrendo naquela relação de trabalho específica. Abusos, há com certeza, mas só mediante prova se poderá saber se é o empregado que está pleiteando parcelas indevidas ou se é a instituição que se utiliza indevidamente do trabalho voluntário, com subordinação e remuneração.

A regra geral que define a condição de empregado, inscrita no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT reza que "Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário". A partir desse conceito, estudado minuciosamente pela doutrina, é definida a existência de emprego ou não. Os requisitos são claros, não eventualidade, dependência e remuneração. Ausente qualquer um deles não há a relação empregatícia. No caso dos trabalhadores voluntários, obviamente não há dependência e nem remuneração. Inexiste, portanto, o vínculo empregatício.

Uma nova lei, como tentamos demonstrar, não vai afetar em nada as interpretações judiciais, que continuarão calcadas no conceito de empregado fixado na CLT. E se não surtirá efeitos, conforme entendemos, não é necessária a sua presença no ordenamento jurídico.

Com relação ao mérito, gostaríamos de revelar nosso temor de que tal norma, se aprovada, acabe servindo de estímulo ao uso abusivo de trabalho voluntário. Na prática, através do termo de adesão previsto na iniciativa, os contratantes poderiam fixar formas de "retribuição por despesas", verdadeiras remunerações mínimas para fugir de encargos sociais e previdenciários.

Além disso, a fixação de condições de exercício do trabalho voluntário poderia incluir verdadeiras regras de subordinação com o que, novamente, uma situação típica de emprego estaria sendo mascarada.

III – Voto do Relator

Analisando o texto do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, especialmente no tocante à juridicidade e ao mérito, firmamos entendimento contrário à aprovação dessa iniciativa. Nosso voto, portanto, é pela rejeição da matéria.

Sala da Comissão, Presidente, Relator.

RELATÓRIO

**Da Comissão de Assuntos Sociais
ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de
1996, que "dispõe sobre o serviço volun-
tário e dá outras providências".**

Relator: Senador Sebastião Rocha.

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise e deliberação, o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996 (Projeto de Lei nº 1.275-A, de 1995, na Casa de origem), que "dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências".

O art. 1º define "serviço voluntário" como atividade não remunerada, prestada por pessoa física, e o tipo de instituição que poderá aceitar esse serviço, caracterizando como "pública de qualquer natureza" e "privada de fins não lucrativos", com "objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social".

O parágrafo único do art. 1º estabelece que "o serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim".

O art. 2º determina que o serviço voluntário será exercido mediante celebração de termo de adesão, entre a entidade e o prestador de serviço, dele devendo constar "o objetivo e as condições de seu exercício".

O art. 3º estabelece que as despesas comprovadamente realizadas, no desempenho das atividades voluntárias, "poderão" ser ressarcidas, desde que – parágrafo único – "expressamente autorizadas".

Já o art. 4º determina a vigência da lei e o art. 5º tem caráter revogatório.

É o Relatório.

II – Do voluntariado no Estado Social de Direito

O trabalho voluntário – que tem origem milenar – assume, no século XX, contornos totalmente novos, em relação ao passado. Porém, de certa forma, retornou a suas origens, na medida em que, entre gregos e romanos, a ação voluntária não tinha caráter individualizado, mas exercia-se no âmbito da pólis, visando o povo em geral.

Esta é a característica atual, que define o perfil moderno de voluntariado. Trata-se de um duplo exercício de cidadania, na medida em que: subjetivamente, é um ato "engajado, participativo, consciente", como define Monica Corullón¹ e, objetivamente, caracteriza um compromisso com ações de

caráter eventual ou permanente, com base num ideal ou causa, através da tomada de consciência de problema e dificuldades sociais, que se cristalizam em necessidades individuais e coletivas.

Hoje, encontramos voluntários não só nas instituições tradicionalmente voltadas para a assistência à saúde (ex. Liga Feminina de Combate ao Câncer), a pesquisa científica (ex. Fundação Jacques Cousteau), de reabilitação e inserção profissional (ex: sociedade Pestalozzi, para pessoas portadoras de deficiência, e Pequeno Cidadão, para meninos de rua ou carentes) mas com outros objetivos: luta pelos direitos humanos (ex: Amnesty International), defesa do meio ambiente (ex: Greenpeace), estímulo à vida associativa (ex: Rotary Club Internacional), defesa dos direitos da mulher (ex: Clube Soroptimista Internacional), e, ainda, na recuperação da saúde (ex. Médecins sans Frontières).

Mesmo em instituições públicas (municipais, estaduais ou federais) os voluntários encontram espaço de atuação: museus (ex: Museu de Arte Moderna de São Paulo), juizados de pequenas causas (onde juízes aposentados atuam, voluntariamente), ex-Sucam/MS, no combate às endemias rurais e urbanas (ex: Programa da Malária), e, mais recentemente, por ocasião da visita do Papa ao Brasil, voluntários participaram da organização, administração e apoio, junto à Igreja católica e ao Poder Público, no Rio de Janeiro.

Diante dessas constatações é de se perguntar por que razão a ação voluntária assumiu tal expansão, em nosso tempo, tanto no setor público como privado: razões demográficas? aumento de carências ou necessidades? incapacidades dos poderes públicos? como entender a criação constante e crescente de organizações não-governamentais, no mundo inteiro?

Para o estudioso espanhol, Enrique Sánchez Antón², o cenário atual evidencia uma evolução do "Welfare State" do pós-guerra, uma mudança de modelo, onde o Estado de Bem-Estar Social transforma-se, evolui, evidenciando um novo equilíbrio entre Estado-Sociedade, para alcançar "o Estado Social de Direito", que se configura no âmbito constitucional das nações, "como adequada resposta às necessidades de nossa sociedade".

Em sua obra, afirma ele que "o Estado Social requer a superação de desigualdades e privilégios, a erradicação da dominação e do despotismo, e que os cidadãos possam comprometer-se com o bem comum, de maneira a que o desenvolvimento de suas capacidades seja o eixo sobre o qual gire a construção da qualidade de vida".

Para o autor espanhol, "o Estado Social articula Estado e Sociedade, não se limita a buscar o crescimento econômico e o incremento do consumo, mas busca uma redistribuição mais eqüitativa da riqueza e o fomento da solidariedade, para alcançar um nível de vida digno para toda a população".

"Este novo equilíbrio que requer o Estado Social", diz Sanchez, "configura-se num sistema com três pontes de apoio ou iniciativa: o Estado (iniciativa pública), o mercado (iniciativa privada) e os cidadãos (iniciativa social)".

"Mas não parece provável", diz ele, "que a iniciativa privada preencha os vazios deixados pelo setor público, em seu recuo: corresponde à iniciativa social, e, concretamente, ao voluntariado, cobrir esse espaço e outros que possam surgir, através de uma ação que complemente as da iniciativa pública", ou seja, do Estado.

Neste cenário, "o voluntariado não pretende competir com o setor público, nem ter – como beneficiários – pessoas diferentes daquelas que o Estado atende; ambos estão intimamente entrelaçados, no âmbito do bem-estar social, nos países ocidentais", e, ainda faz a seguinte ressalva: "carece de fundamento a idéia de substituir os serviços sociais públicos pelo voluntariado".

Nesse sentido, afirma que as organizações de voluntariado necessitam de financiamento público (além das doações voluntárias), assim como a Administração Pública necessita do dinamismo e da maior proximidade dos problemas sociais – assim como o menor custo – dessas organizações.

Dentro desse espírito, pode-se observar que a tendência da sociedade brasileira – da mesma forma que nas sociedades ocidentais – é de um modelo tipo Estado Social de Direito, que não se coaduna, em nenhum sentido, com a recente proposta do Poder Executivo Federal, referente à criação de Organizações Sociais.

Estas têm como fundamento a substituição da ação pública ou da iniciativa pública, bem como a assunção dos deveres do Estado, por instituições de caracterização nebulosa, que sinalizam na direção de uma reforma administrativa subjacente, sem nenhum respaldo constitucional e legal – na verdade, injurídica – cujos objetivos deverão ser analisados com muita cautela.

II – Voto

No projeto de lei em tela, a idéia de voluntário e de voluntariado aparece, conforme a análise de Enrique Sánchez, ou seja: "é um aspecto intrínseco da sociedade democrática, em que se manifesta a liber-

dade de associação para fins pluralistas, assim como o desejo de participação e de realização de objetivos concretos".

Aparentemente, é dentro desse espírito que o Programa Comunidade Solidária criou o "Programa de Formação de Voluntariado", com a finalidade de criar dez Centros de Voluntariado, em dez áreas metropolitanas, em 1997 e 1999; para tanto, assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de 8 milhões de dólares.

Esses Centros destinar-se-ão a estimular o trabalho voluntário, mobilizando a sociedade civil, organizando a oferta e a demanda, capacitando coordenadores e monitores, com base nas conclusões de seminários regionais, ocorridos no último trimestre do ano passado e no 1º trimestre de 1997.

Os executores desse convênio, para o repasse dos recursos, são a Fundação Banco do Brasil e a Unesco.

¹ in "Voluntários: Programa de Estímulo ao Trabalho voluntário no Brasil", Fundação ABRINQ, publicado pelo Comunidade Solidária, abril, 1996.

² in "Cadernos de Sensibilización – Voluntariado", Enrique Sánchez Antón y Francisca Nuñez Tomás, editado pelo Movimento por la Paz, El Desarme y La Libertad, Madrid, 1996 (Coordenação de Esteban de T. Navarro).

Os dez centros deverão ser criados por iniciativa de grupos organizados, visando objetivos comuns, desenvolvendo um trabalho conjunto e harmonioso; ao Comunidade Solidária cabe estimular e apoiar os centros que, após o repasse de recursos provenientes do BID, deverão autofinanciar-se, a partir do ano 2000.

No primeiro ano, os recursos repassados cobrirão 60% dos custos, no segundo ano, 40%, e no terceiro ano, 20%. Cada Centro poderá receber, no máximo, US\$144,000.00, no total, ao longo desses três anos.

Evidencia-se, portanto, a necessidade e a urgência de uma definição de voluntariado e de trabalho voluntário, por via legal, para dar suporte jurídico e para normalizar as ações de caráter social, assim desenvolvidas.

Ressalte-se que, no caso do Projeto de Lei em estudo, não se trata, de nenhuma maneira, de uma regulamentação de caráter profissional, mas sim de uma definição, de uma conceituação de voluntariado, de voluntário, bem como do tipo de instituição que o promove.

Não se pretende, aqui, criar ou regulamentar uma atividade, um serviço, um tipo de trabalhador

convencional, mas estabelecer os limites da ação voluntária, para que se evitem mal-entendidos e inadequadas interpretações jurídico-legais das atividades dessas pessoas.

Ser voluntário não significa ser um trabalhador **stricto sensu**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nem um prestador de serviços, também definido legalmente como um trabalhador eventual e remunerado, com deveres tributários, inclusive.

As Nações Unidas assim definem o voluntário: "É o jovem ou adulto que, devido a seu interesse pessoal e a seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividade, organizadas ou não, de bem-estar social".

Considerando a importância dos objetivos a que se propõe o projeto de lei em tela e a necessidade de definição de voluntariado e dos limites do trabalho voluntário, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, com as seguintes Emendas, renumerando-se as demais:

EMENDA Nº 1

Suprima-se o parágrafo único do art. 1º do PLC nº 100/96.

Sala da Comissão, – Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 2

Acrescentar ao art. 1º do PLC nº 100/96 os seguintes parágrafos:

"§ 1º As ações de voluntariado integram programas ou projetos de caráter estatal ou autônomo, visando ao alcance de metas previamente determinadas.

§ 2º As atividades de interesse social desenvolvidas por pessoas físicas, em caráter voluntário, nos termos do **caput** deste artigo, não substituem, em nenhuma hipótese, o trabalho retribuído, nem caracterizam a condição de servidor ou empregado.

§ 3º Compete ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios as funções de controle e fiscalização das fundações e entidades de interesse social, de acordo com a legislação específica."

Sala da Comissão, – Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 3º do PLC nº 100/96, com seu parágrafo único.

Sala da Comissão, – Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 4

Acrescenta ao Projeto de Lei nº 100/96, o seguinte Art. 3º:

"Art. 3º Entendo-se por ações e atividades de interesse social aquelas de caráter assistencial e de serviços, que atendam às necessidades individuais e coletivas da população realizadas em áreas como:

I – proteção e amparo à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – assistência e promoção da saúde e bem-estar de jovens, adultos idosos, carentes, bem como, inserção ou reinserção profissional;

III – educação especial, habilitação, reabilitação, e inserção profissional de pessoas portadoras de deficiência;

IV – cooperação para o desenvolvimento social;

V – formação e desenvolvimento cultural;

VI – defesa dos direitos humanos;

VII – estímulo à vida associativa e promoção do voluntariado;

VIII – defesa do meio ambiente, flora e fauna;

IX – pesquisa e desenvolvimento técnico e científico;

X – e outras, de natureza análoga."

Sala da Comissão, – Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se o seguinte Art. 4º ao PLC nº 100/96

"Art. 4º São direitos dos voluntários

I – receber, no exercício de suas responsabilidades, a informação, o treinamento, a orientação, o apoio e os meios materiais para realizar as atividades que lhes são solicitadas.

II – dispor de identificação para caracterizar sua condição de voluntário, integrante de determinada instituição;

III – realizar suas atividades em condições de segurança e higiene adequadas à natureza e características das atividades desenvolvidas;

IV – ser tratados sem discriminação e ser respeitados em sua liberdade, intimidade e crenças."

Sala da Comissão, – Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 6

Acrescenta-se ao PLC nº 100/96, o seguinte Artigo 5º:

"Art. 5º São deveres dos voluntários:

I – participar das atividades de informação, treinamento, orientação, e apoio previstas pelo órgão ou entidade, relacionadas ao exercício de suas responsabilidades, para manutenção da qualidade dos serviços prestados institucional e individualmente;

II – cumprir os compromissos assumidos e seguir as instruções relativas às finalidades dos órgãos e entidades que integrem, respeitando normas e estatutos dos mesmos;

III – manter, quando for o caso, a confidencialidade de informações recebidas ou conhecidas no desenvolvimento da atividade de voluntário;

IV – recusar qualquer oferta ou contraprestação material, em bens ou pecúnia, por parte de benefícios ou de outras pessoas relacionadas a suas atividades de voluntário;

V – respeitar e fazer respeitar os direitos dos beneficiários das ações voluntárias, de forma diligente e solidária."

Sala da Comissão, Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 7

Acrescenta-se ao PLC nº 100/96 o seguinte art. 6º:

"Art. 6º Os órgãos e entidades de interesse social que contem com a presença de voluntários deverão estar legalmente constituídos, dotados de personalidade jurídica própria, devendo desenvolver as ações de interesse social, conforme dispõe esta lei e atos legais específicos."

Sala das Sessões, Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 8

Acrescenta-se ao PLC nº 100/96 o seguinte art. 7º:

"Art. 7º Aos órgãos e entidades responsáveis pelas ações de interesse social compete:

I – manter cadastro do pessoal voluntário participante do desenvolvimento de suas atividades específicas;

II – fornecer identificação institucional ao voluntário no exercício de atividades internas e externas;

III – cumprir as determinações legais relativas às entidades de interesse social."

Sala da Comissão, Senador **Sebastião Rocha**.

EMENDA Nº 9

Acrescenta-se ao PLC nº 100/96 o seguinte art. 9º:

"Art. 9º Os conflitos surgidos entre instituições de interesse social e voluntários serão dirimidos no âmbito da Justiça comum."

Sala da Comissão, – Senador **Sebastião Rocha**.

PARECER Nº 42, DE 1998

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 1997 (nº 523, de 1997, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, em Brasília, em 3 de abril de 1997".

Relator: Senador Bernardo Cabral

I – Relatório

Com base no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 536, de 13 de maio de 1997 (fls. 4), submete à consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional o texto do "Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria", em Brasília, em 3 de abril de 1997. Acompanha o citado documento a competente Exposição de Motivos nº 171, de 9 de maio de 1997 (fls. 8), do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores.

2. Quando da sua regular tramitação na Câmara dos Deputados, a matéria obteve aprovação unânime das suas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação (com parecer do Sr. Deputado Nilson Gibson, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, fls. 15), Relações Exteriores e de Defesa Nacional e, finalmente, de Economia,

Indústria e Comércio. Discutida em turno único, a matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados e consubstanciada no Projeto de Decreto Legislativo nº 523-B, de 1997 (fls. 11), agora submetido ao Senado Federal, para exame e emissão do competente parecer.

É o relatório.

II – Voto do Relator

3. A exemplo de atos internacionais precedentes, volta o Brasil a assinar acordo de cooperação na área de turismo, desta vez com a República da Hungria. Ambos os governos, calcados principalmente nas boas relações até aqui mantidas, almejam ampliar e fortalecer os já existentes laços no campo turístico, "na base de igualdade e vantagens mútuas". Para atingir tal desiderato, as Partes Contratantes se comprometem a estimular viagens turísticas entre os dois países, inclusive através de organizações apropriadas para tal atividade. Assim, a publicidade, o intercâmbio de materiais informativos e as atividades empresariais concernentes (agências especializadas, empresas de aviação e serviços de hotelaria) serão estimulados, o mesmo ocorrendo com o intercâmbio de peritos. Por outro lado, a possibilidade de investimento de capital na área, seja ele brasileiro, húngaro ou comum é, igualmente, considerada.

4. Por outro lado, a troca de informações entre as Partes Contratantes está prevista no acordo e alcançará itens como: prestação de serviços existentes, qualificação de hotéis e alojamentos, pesquisas técnicas, legislação específica e meio ambiente, além de objetivos culturais. Facilita-se, ainda, a instalação mútua de escritórios oficiais de turismo, sendo-lhes vedado, porém, o exercício de qualquer atividade comercial. Por derradeiro, dá-se apoio à cooperação mútua entre as instituições turísticas de ensino.

5. Quanto à parte adjetiva do acordo – entrada em vigor, período de vigência, condições de denúncia, de emenda e de notificação, bem como local de feitura e possível divergência de interpretação – quando prevalecerá a versão inglesa do texto – estão de conformidade com a teoria e a prática voltadas para a espécie.

6. Por fim, ressalva-se o envio do expediente ao Ministério das Relações Exteriores – consoante prática anterior – no sentido de que sejam tomadas todas as medidas para inibir o chamado turismo sexual.

7. Tendo em vista o exposto, somos pela adesão do Brasil ao presente Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Repúli-

ca da Hungria, em Brasília, em 3 de abril de 1997, na forma do projeto de decreto legislativo em evidência.

Sala da Comissão, 20 de janeiro de 1998. –
Romeu Tuma, Vice-Presidente no exercício da Presidência – **Bernardo Cabral**, Relator – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Benedita da Silva** – **Carlos Wilson** – **Leonel Paiva** – **Otoniel Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 47, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos dos art. 50 parágrafo 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas à Secretaria do Tesouro Nacional, através do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

- a) Qual o total da dívida do Estado de Roraima para com o Tesouro Nacional até a presente data;
- b) Detalhar o crescimento da dívida do Estado, ano a ano, a partir de 1991.

Justificação

Segundo matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 11 de janeiro próximo passado, Roraima está classificado em décimo quarto lugar entre os Estados mais endividados do País. Informa o Jornal que Roraima tem R\$1,72 milhão de dívida para cada milhão de receita.

O fato é lamentável.

Se analisarmos o curto tempo de existência do Estado de Roraima e atentarmos para o fato de que em 1991, quando da posse do primeiro governador eleito, não existia dívida nenhuma, a atual situação financeira é caótica.

Em quatro anos o Governador Neudo Campos parece estar conseguindo inviabilizar o futuro de Roraima com uma administração desastrosa que endividou o nosso Estado.

O presente requerimento visa a conhecer a real situação de Roraima junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1998. –
Senador Romero Jucá.

(À Mesa para Decisão.)

REQUERIMENTO Nº 48, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 50, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Educação e do Desporto, as seguintes informações:

1. Cópia do inteiro teor da auditoria realizada pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP) em dezembro de 1997, a respeito do número de alunos matriculados no ensino fundamental no Estado do Ceará.

2. Cópia do inteiro teor das auditorias realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP) nos estados do Maranhão e de Mato Grosso, a respeito do número de alunos matriculados no ensino fundamental, assim que concluídas.

Justificação

O Jornal *Fôlha de S. Paulo*, de 22 de janeiro de 1998, noticia a realização de auditoria promovida pelo MEC, através do INEP, nos estados do Ceará, Maranhão e Mato Grosso, na qual fica comprovada a existência de 84.000 matrículas fantasmas nos três estados. Isso propiciaria ao Governo do Estado do Ceará, por exemplo, receber a mais, R\$1,6 milhão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEO). Considerando a carência de recursos apregoada pelo Governo Federal, as informações aqui solicitadas são de fundamental importância para que o Senado da República possa cumprir com suas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1998. –
Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os requerimentos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador **Abdias Nascimento**. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador **Pedro Simon**. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador **Sebastião Rocha**. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador **Levy Dias**. (Pausa.)

Por cessão do Senador **Waldeck Ornelas**, concedo a palavra à nobre Senadora **Emília Fernandes**.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, queremos, embora rapidamente, abordar nesta manhã a importância de toda essa mobilização que está ocorrendo em nosso País, para o povo brasileiro e suas autoridades, em relação ao novo Código de Trânsito. Estamos no seu segundo dia de vigência, para alguns de confusão, para outros de desconhecimento, e outros ainda de infrações “descaradas” – diria assim –, porque já eram previstas. Mas, acima de tudo, parece-me importante que se registre o momento e que somemos nossas vozes, nossos esforços, nossa determinação e orientação no sentido do cumprimento do que foi determinado pelo Congresso Nacional, sancionado pelo Presidente da República e hoje lei vigente no Brasil.

Sabemos das dificuldades, da falta de pessoal para que se possa levar a cabo o cumprimento dessa lei, além é claro da falta de conhecimento da lei por muitas pessoas. Lamentamos profundamente que não tenha havido uma discussão no País durante a própria tramitação do Código, uma campanha maior de esclarecimento.

O importante é que toda essa modificação caminha na direção de um povo mais humano, mais civilizado, ou seja, de pessoas que tenham compromisso com o que há de mais sagrado, que é a vida humana. Por isso temos certeza de que o País vive um momento de conscientização, não como algo que será imposto pela nova lei, mas como uma atitude interior de cada comunidade, de cada cidadão e cidadã, transeunte ou motorista; haverá uma adaptação não apenas por medo das multas ou da fiscalização, porém muito mais por essa conscientização.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Ouviremos V. Ex^a com prazer.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza da concessão do aparte, que me propicia tecer mais algumas considerações a respeito da entrada em vigor do novo Código Brasileiro de Trânsito.

Toda a sociedade apóia a luta para reduzir os índices de acidentes de trânsito, mas, ao mesmo tempo visto e ouvido muitas reclamações de que, entre outras coisas, essa lei não foi suficientemente discutida e a maioria dos motoristas desconhece o seu teor, embora nele estejam contidos 90% da legislação anterior, ou seja, só existam 10% de medidas novas. Tive oportunidade de ouvir, ontem, uma entrevista do relator da matéria na Comissão Especial da Câmara, Deputado Ary Kara, de São Paulo. Nela, S. Ex^a afirmou que o projeto tramitou por mais de cinco anos no Congresso Nacional e, naquela Casa, foi exaustivamente debatido através de várias audiências públicas com representantes das diversas entidades envolvidas nesse assunto, como associações de motoristas, sindicatos e representantes de outros setores da sociedade. Ora, como alegar, hoje, "desconhecimento" dessa lei?

É evidente que toda divulgação é pouco em assunto de tanta importância, como complementação dos debates e análises ocorridos na tramitação legislativa – e as emissoras de rádio e televisão estão contribuindo de maneira decisiva para disseminar as informações aos interessados.

Inadmissível seria continuar aquela situação, com crescentes registros de ocorrências trágicas como a que aconteceu recentemente aqui, em Brasília, quando um motorista matou uma criança em sua bicicleta, na chamada Ponte do Bragueto, que liga o Plano Piloto ao Lago Norte. Era noite, estava escuro, e muitos outros carros ainda passaram sobre o cadáver daquela criança – e ninguém tomou conhecimento!

Somente dias depois é que alguma coisa se fez contra os motoristas que se envolveram no terrível episódio, com a localização do autor do atropelamento, embora nem se fale nos que o sucederam na violência contra aquela pequena e inocente vítima.

A televisão noticiou e acredito que V. Ex^a deve ter assistido, mais recentemente, o caso do empregado de uma oficina que assumiu o volante do carro que um cliente havia deixado para fazer revisão e, alcoolizado, sem a devida habilitação, saiu e atropelou várias crianças numa cidade do Paraná. Essas coisas aconteciam antes e responsáveis não sofriam qualquer punição. Agora, não mais será assim: a lei manda a autoridade prender imediatamente essas pessoas, que responderão a processo-crime, porque realmente praticaram crimes, matando e causando graves danos físicos e psicológicos a terceiros.

Esse Código Nacional de Trânsito é uma lei necessária. Exige-se, realmente, que ele seja mais

difundido entre a população, porque todos nós temos interesse em dar-lhe cumprimento, atendendo aos reclamos da sociedade que cobrava mais severidade contra os criminosos do volante.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)

– Agradecemos a V. Ex^a e também concordamos com o que disse.

Sabemos, por exemplo, de uma coisa muito simples, que é a proibição de dirigir com o braço para fora do carro. Isso toda vida se constituiu em uma infração, mas as pessoas continuavam e continuam muitas vezes agindo dessa forma. Essa parece ser uma atitude simples, mas não é, pois pode ter consequências mais graves.

Por isso, é importante que haja uma lei clara e objetiva, que haja uma divulgação suficiente e também punição forte, pesada, para que as pessoas sintam no bolso – já que, apelando para a educação e para a conscientização, não se atinge o objetivo, que é a responsabilidade – e para que saibam que estão colocando em risco as suas vidas, de suas famílias e, muitas vezes, de pessoas que não têm nada a ver com isso, como é o caso que V. Ex^a acabou de relatar.

Temos conhecimento desses fatos terríveis que vêm ocorrendo – inclusive apresentarei dados relativos a isso –, e que colocam o Brasil no ranking da crueldade, eu diria.

Dessa forma, sem dúvida, essas medidas mais fortes e mais rígidas chegam em boa hora.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Emília Fernandes?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)

– Ouço V. Ex^a, com muito prazer, nobre Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Nobre Senadora Emília Fernandes, deixei a Presidência para ter a oportunidade e a honra de participar do discurso de V. Ex^a. Durante o período final de tramitação do projeto do novo Código Nacional de Trânsito, no Senado Federal, tive a honra de ser o Vice-Presidente da Comissão Especial que o apreciou. E, infelizmente, tendo ocorrido um problema sério de saúde que afastou o nosso Presidente Francelino Pereira, durante muitos meses, do nosso convívio, coube a mim exercer a Presidência. Concordo com alguns dos críticos do Código Nacional de Trânsito – e sou até um deles – em relação a aspectos pontuais que, mais dia, menos dia, precisarão ser retocados. Mas a necessidade de haver retoques não serve de desculpa para que não se adira, imediatamente, a uma lei que foi amplamente discutida pela sociedade. Foi

mais pelas informações que nos trouxe o Senador Nabor Júnior e pela necessidade de acrescentar, o cuidado que tivemos no Senado Federal em relação à mesma questão. Naquele Auditório Nereu Ramos, inúmeras vezes, a Comissão esteve reunida em audiência pública, com a presença de autoridades federais que lidam com os problemas de engenharia de trânsito, como, por exemplo, o DNER, e de autoridades estaduais correspondentes – os DERs. Ouvimos também os Detrans, os Conselhos de Trânsito e até organizações como a Polícia Rodoviária Federal, as unidades policiais de trânsito dos Estados, isso como estrutura de dentro dos Estados. Fora dos Estados, participaram os sindicatos e as organizações de caminhoneiros, de motoristas de ônibus interestaduais e intermunicipais, motoristas de veículos de transporte urbano, motoristas de táxi. Todo esse pessoal foi convidado e esteve conosco para discutir, por intermédio das instituições de que dispõem. É evidente que não poderíamos ter feito passar por dentro do Congresso Nacional 170 milhões de brasileiros. Esse seria o trabalho educacional, que deveria ter começado antes. Mas, como bem disse V. Ex^a, trata-se apenas da consagração de regras elementares de educação, nada mais do que isso, de educação social, de convivência. Não precisamos de um código para dizer que uma pessoa deve respeitar a outra. Não precisamos de um código para dizer que as calçadas, que custam dinheiro para as Prefeituras construírem e manterem, são destinadas aos pedestres e não aos veículos. Algumas pessoas, ao irem a uma farmácia, por exemplo, param seus carros na porta, em fila dupla, para não andarem 20 ou 30 metros. Ou seja, foi preciso que constassem de um código essas questões elementares ou que se repetisse a norma jurídica anterior. A única diferença é que o Congresso Nacional quis dizer à sociedade que deseja que essas normas sejam efetivamente cumpridas e que sairá caro não as cumprir, que aquilo que era crime antes – e era um crime sem sanção – passa a ter uma sanção compatível com a sua gravidade do crime; que as pessoas precisam compreender que estão na rua usando um veículo, um instrumento de transporte, um instrumento de trabalho, mas que pode se converter numa arma perigosa. A sociedade confiou nelas para que utilizem aquela "arma", mas elas têm que fazer isso sob certas regras e normas que protejam a todos. A regra não foi feita para prejudicar quem dirige, mas para proteger a todos: motoristas e pedestres. E também para lembrar que, quando estacionamos o veículo, transformamo-nos em pedestres como qualquer outro. É

evidente que há ainda aquela noção antiga de que o documento no bolso é mais importante do que a norma. Creio que é mais importante a pessoa não cometer infração do que andar com a carteira de habilitação no bolso. E deveríamos também ter contribuído para educar a própria autoridade. As vias públicas foram feitas para que os veículos se movimentem e não para que sejam parados por uma autoridade de trânsito, a fim de mostrar que é ela quem manda. Penso que se deva parar o veículo infrator, aquele que não cometeu infração alguma deveria ter o direito respeitado de se deslocar livremente dentro das regras. Mas isso são retoques que a sociedade se encarregará de fazer e que este Congresso Nacional, oportunamente, com a experiência da aplicação, o fará. Desculpe-me por ter me alongado demais, mas, tendo dado uma contribuição de algum significado na elaboração desse Código no Senado Federal, gostaria de trazer o meu testemunho, participar do discurso de V. Ex^a e apoiar integralmente a posição que V. Ex^a expressa no seu pronunciamento. Muito obrigado.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)

– Senador Geraldo Melo, agradecemos o aparte de V. Ex^a, que é fundamental, e o incorporamos ao nosso pronunciamento. V. Ex^a, sem dúvida, desempenhou um papel muito importante nesta Casa, no momento da discussão dessa nova lei, e temos conhecimento de que aconteceu esse debate nos diferentes segmentos. O que acrescentaríamos é que, a partir de agora, todos aqueles que tiveram a oportunidade de tomar conhecimento, mais profundamente ou até mais cedo do que outras pessoas, devem ser os primeiros a dar o bom exemplo, reproduzindo a informação e a orientação que obtiveram. É lógico que também concordamos plenamente com V. Ex^a e reafirmo que existem atitudes que dependem de simples orientação de educação. Jogar objetos para fora de um carro, para fora de um ônibus, como muitas vezes se observa em estradas, em ruas das cidades, é terrível. Essas atitudes dependem de um conceito mínimo de educação, ou seja, de que os objetos devem ser colocados nos lugares adequados e não jogados nas ruas ou, muitas vezes, sobre carros e pessoas, podendo causar grandes acidentes e grandes problemas.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PPB – MA) – V. Ex^a
me permite um aparte?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)

– Estou muito satisfeita por receber vários apartes. Concedo também o aparte ao Senador Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira (PPB – MA) – Nobre Senadora Emilia Fernandes, V. Exª presta hoje um inestimável serviço a este País com o seu pronunciamento. Digo isso porque talvez esta seja a matéria mais importante tratada hoje no Senado. É importante que o povo brasileiro tome conhecimento de que o Código vai funcionar; a lei vai funcionar. Como vários Senadores disseram, a lei inova pouco em termos de infração, então, não há por que se alegar que não houve tempo de conhecer o Código Nacional de Trânsito. A mudança maior é que o que antes era infração, hoje pode ser crime. Dirigir alcoolizado e matar alguém, que era apenas infração, passa a ser crime; a multa, que muitas vezes não era cobrada, por dirigir-se com o braço do lado de fora, será cobrada. E por que houve uma sacudida na população com a aprovação do Código Nacional de Trânsito? Eu lutei muito na Comissão para dar força ao Município. O Município tinha que participar. Até então, nobre Senadora, o Município não participava; ele era um espectador. O governo estadual, com o seu Detran, era o único que tinha o direito de policiar, multar e tomar medidas contra os abusos. Agora não. Agora, o Município está presente, e é a sua presença que vem aumentando o número de pessoas a fiscalizar, o que permitirá o cumprimento do Código Nacional de Trânsito. Esse Código não é tanto para o motorista. É para o motorista, sim, é para a família do motorista que abusa, mas é muito mais para aqueles que não têm carro, aqueles que andam nas calçadas sob o risco constante de serem atropelados; e, quando ocorre, fica por isso mesmo – a pessoa bate, vai embora e acabou a história. Ninguém vai para a cadeia por causa disso. Agora, talvez, muitos estejam pensando que, como as cadeias estão cheias, não irão para a cadeia em virtude dos crimes de trânsito. O Governo tem que encontrar uma maneira para aqueles que estão presos, em vias de sair ou presos por pequenos delitos serem indultados para que as cadeias possam receber aqueles que estão, hoje, sem nenhuma responsabilidade com o povo brasileiro, descumprindo o Código e dizendo que vão continuar a descumprir-lo. Ontem, a televisão mostrou uma moça bebendo. Quando lhe perguntaram se ela iria dirigir, respondeu que sim, que só não tinha dinheiro para pagar a multa. Pensava que tinha o direito de beber e só não tinha dinheiro para pagar a multa. Outra pessoa chamou a autoridade de palhaço. Enfim, é bom que a televisão coloque isso nas telas para que o povo se conscientize do grau de cultura de trânsito que temos, o que está na cabeça do povo. Dirigir sem cinto, colocar

criança no banco dianteiro, tudo isso vem acontecendo e vem não só matando; o que já é muito ruim, mas talvez provocando coisa pior: tomando pessoas parafíticas para o resto da vida. V. Exª, com o seu discurso, faz com que o povo diga que o Senado está preocupado, que o Senado quer ver o Código Nacional de Trânsito implantado. Na realidade, o que pensamos quando votamos o Código Nacional de Trânsito foi numa maneira de salvar vidas: "Isso é importante, vamos pôr ordem nesta casa". Andamos pelo mundo inteiro e não vimos um centésimo das infrações que vemos no Brasil. Parabéns a V. Exª pelo seu discurso e parabéns ao Brasil, que tem agora um Código Nacional de Trânsito que vai salvar a sua população.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)

– Obrigada, Senador. Suas colocações são importantes exatamente porque as leis existem para serem cumpridas. Então aqueles que, porventura, ainda estão com o discurso ou com o pensamento de que é mais uma lei que não será cumprida, nós, que acreditamos, que apoiamos, que votamos e aprovamos essa lei, também temos que conscientizar as pessoas. Por outro lado, mais triste do que ouvimos pessoas dizerem que não temem a multa, que o problema é não terem dinheiro, são as declarações que ouvimos de pessoas, mostradas inclusive pelos meios de comunicação, que estariam contrariando a lei porque tinham dinheiro para pagar as multas. Isso é uma demonstração de fragilidade e de falta de inteligência.

Temos que trabalhar na direção de construir, de multiplicar idéias positivas, de diminuir os números dramáticos de vidas que são ceifadas a todo momento neste País. Portanto, essa lei merece especial atenção de todo o povo brasileiro. Precisamos levar em consideração as estatísticas dramáticas do aumento de número de acidentes a cada ano, tanto nas cidades, quanto nas estradas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos e não devemos aceitar passivamente esses dados que nos preocupam e nos assustam. O importante é que cada um faça a sua parte. Precisamos que cada um de nós dê a sua contribuição, chamando a atenção para o problema do trânsito brasileiro. Faço aqui um apelo especial aos educadores deste País – às escolas municipais, estaduais e federais dos grandes centros, das pequenas cidades, da zona rural deste País – no sentido de que, também urgentemente, assumam, como uma bandeira, uma prioridade, o auxílio ao cumprimento e conhecimento dessa lei. Assim, estaremos formando novas

gerações conscientes da importância do espírito coletivo, do sentimento humanitário de solidariedade.

Antes de concluir, Sr. Presidente – os apartes foram longos e vou deixar para aprofundar os dados numa outra oportunidade –, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para um projeto de lei de minha autoria, apresentado nos meados do ano passado, onde buscamos, imbuídos do espírito de contribuir, apresentar uma proposta de estabelecimento de mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito nas modalidades de propaganda, no mesmo estilo da campanha de combate ao fumo, onde todas as mensagens de propaganda, seja em revistas, jornais, televisão, **outdoors**, trazem uma mensagem, um alerta do Ministério da Saúde sobre as consequências. O nosso projeto caminha na mesma direção: toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção nos meios de comunicação social de produto oriundo da indústria automobilística ou afim incluirá, ao término ou abaixo da propaganda, uma mensagem educativa. Os dados, com relação ao fumo, apresentam uma diminuição no consumo. Certamente as pessoas tomaram consciência dos prejuízos que o cigarro causa. Portanto, a questão do trânsito também poderia ser trabalhada nessa direção

Queremos dizer, mais uma vez, da importância de o povo brasileiro adotar, apoiar, estimular, cada vez mais, o cumprimento dessa nova lei do nosso País, que caminha na direção, acima de tudo, do respeito ao ser humano.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, o tema suscitado pela Senadora Emilia Fernandes com a partici-

pação de outros Srs. Senadores, inclusive a minha participação pessoal, relacionado com a entrada em vigor do novo Código Brasileiro de Trânsito, merece um debate mais aprofundado por parte desta Casa e de todo o Congresso Nacional, como legítimo representante da sociedade, o que me levou a pedir a palavra nesta Sessão.

Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, há muito o País esperava dos seus legisladores uma reformulação das disposições que regem o trânsito de veículos e de pedestres. Foi dito, há poucos instantes pela Senadora Emilia Fernandes, que o índice de ocorrências viárias no Brasil é muito alto, levando-o à deplorável condição de campeão mundial de acidentes de trânsito. E o pior de tudo era expectativa de impunidade, porque poucas ou irrisórias punições eram aplicadas aos infratores, mesmo àqueles responsáveis por mortes, como aconteceu muitas vezes aqui em Brasília e em outras cidades brasileiras.

Temos também que nos atualizar, modernizar a nossa legislação. Em países da Europa e nos Estados Unidos, essa questão de infração de trânsito é muito séria. Ontem, a imprensa mundial informou que o ex-campeão mundial de Fórmula-1, o inglês Nigel Mansell, foi pego pela fiscalização dirigindo a 130 km por hora, em uma rodovia de seu país, onde o limite máximo de velocidade estava estabelecido em 110 km por hora. Foi apanhado, preso e recebeu uma pesada multa.

Certa ocasião, ouvi a informação de que um casal brasileiro, em visita ao Estado da Flórida, nos Estados Unidos, alugou um carro, saiu passeando pelas estradas americanas e nelas ultrapassou a velocidade permitida, o que foi registrado pela fiscalização – que o perseguiu e o forçou a parar, indagando: "Por que o senhor estava desenvolvendo uma velocidade tão alta, quando a velocidade permitida para esta rodovia é de 110 km por hora? O senhor estava dirigindo a 140 ou 150 km por hora." O cidadão argumentou: "Porque a minha esposa, que está ao meu lado, sentiu-se mal. Então, desenvolvi uma velocidade maior para chegar mais rápido à cidade mais próxima e prestar-lhe socorro." A fiscalização respondeu: "Não há problema. Espere um pouco." Entraram em contato com a Polícia Rodoviária, que enviou um helicóptero, removendo a senhora para um hospital, cujos médicos constataram: ela não tinha qualquer problema de saúde e tudo não passou de uma fraude, apenas uma desculpa. Pois bem: o cidadão teve que pagar todas as despesas do helicóptero e do atendimento da esposa no hospital – além da multa, é claro!

Aqui, no Brasil, não acontece isso. A pessoa mata, vai embora e não presta socorro. E nas poucas vezes em que a Polícia abre inquérito e encaminha o cidadão à Justiça, ele é inocentado.

De modo que esta lei é muito oportuna e todos nós temos o dever de dar força ao Governo para que possa cumpri-la. Lamentamos apenas que o próprio Governo nem sempre esteja devidamente instrumentado para proceder à fiscalização.

Hoje, pela manhã, ouvi na rádio CBN a confissão da Polícia Rodoviária Federal de que só daqui a trinta ou sessenta dias terá condições de iniciar a fiscalização nas rodovias federais. Hoje, falta-lhe pessoal, faltam recursos, faltam veículos para fazer a autuação daqueles que desenvolvem velocidade acima da permitida.

Na verdade, o próprio Ministério da Educação – V. Ex^a falou muito bem – deveria fazer a divulgação dessa matéria nas escolas, talvez até instituir uma disciplina sobre leis de trânsito; poderia providenciar uma grande tiragem desse novo Código de Trânsito e distribuí-la às escolas. Os professores poderiam, pelo menos uma vez por semana, dar noções de trânsito para as crianças, orientando-as sobre como se defenderem, quais são os seus direitos e deveres, quais as penalidades em que podem incorrer atravessando a rua fora da faixa de pedestres e assim por diante. Devemos fazer uma campanha educativa para que esse novo Código realmente seja aceito e cumprido pela sociedade.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Senador Nabor Júnior, nessa reflexão que V. Ex^a faz em relação à educação para o trânsito nas escolas, da qual somos partidários, defendemos não a criação de uma disciplina específica, mas um compromisso de todos os professores, de todas as disciplinas e de todas as séries. Cada um, de acordo com a sua disciplina, enfocaria a parte que poderia ser profundamente trabalhada dentro da sua área. Seria uma forma de responsabilizar o corpo docente como um todo – direção da escola, professores etc. –, independentemente das disciplinas. A minha experiência de professora mostra que, às vezes, quando se designa um professor ou uma disciplina para um determinado assunto, este fica dentro daquela escola como se aquela pessoa fosse a responsável pelo aprendizado de todos. Assim, quando o resultado não aparece, fica comprovado que o método foi in-

suficiente. O importante é que, de todos os componentes, desde a pré-escola, os alunos recebam essa orientação, trabalhem e conheçam a sinalização de trânsito; aprendam nas aulas de matemática o significado de uma multa, o número de pessoas que já morreram no País por minuto, por ano, e que ficam feridos. Trata-se de um conteúdo que é da própria vida das pessoas, que passam, então, a se conscientizar da sua responsabilidade e da importância do assunto. Considero importante o ponto de vista educativo, mas que seja trabalhado dessa forma ampla e em todos os componentes curriculares, porque o resultado – posso afirmar-lhe – será muito melhor e mais rápido, como é preciso. Muito obrigada.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu que agradeço a V. Ex^a pela sua participação em meu discurso, por intermédio desse oportuno aparte.

A campanha educativa realmente tem que começar nas escolas, porque as crianças e os adolescentes de hoje são os futuros motoristas. Se eles tiverem conhecimento prévio das regras do novo Código de Trânsito, amanhã, ao se habilitarem como motoristas, já estarão devidamente instruídos a respeito. Assim, poderão ser evitadas diversas infrações de trânsito, principalmente os chamados "pegas". Em Brasília, por exemplo, há várias gangues que praticam esse crime de trânsito, que ocorre também em outras cidades brasileiras, do porte de Rio, São Paulo, Porto Alegre, como a televisão tem mostrado, inclusive com acidentes graves, com mortes.

É realmente imperioso que se facilite a divulgação do novo Código de Trânsito em todas as camadas da população, seja para motoristas, seja para pedestres. Ontem, por exemplo, quando eu estava indo para casa, vi um cidadão dirigindo o carro e falando ao telefone celular. De acordo com o novo Código, que já estava em vigor, trata-se de uma infração grave. Antes, por volta das 10h30, quando me dirigia para uma audiência no Ministério da Cultura, quando o sinal fechou em frente ao Ministério da Justiça, o carro do Senado que me transportava parou, mas um táxi avançou o sinal. Ou seja, no primeiro dia de vigência do novo Código, aquele motorista de praça já não estava cumprindo a lei. Os motoristas de táxi deveriam ser os primeiros a cumpri-la, porque dela depende a segurança do seu próprio trabalho.

No Ministério da Justiça, onde também estive em audiência, o Secretário Executivo está muito envolvido nesse problema, reunindo diretores dos Detrans, do Contran, etc., para discutir a melhor forma de divulgar e pôr em prática o novo Código Brasileiro

de Trânsito. Ele nos disse que os motoristas de táxi estão reclamando que serão os mais penalizados pela nova lei. Ora, a categoria profissional que tem a responsabilidade de transportar diariamente milhares de pessoas não quer adequar-se à nova lei, uma lei amplamente discutida, votada, que ficou cinco anos em tramitação no Congresso Nacional. Esses cidadãos também têm famílias por zelar, para resguardar — e se põem como vítimas, dizendo que vão ser os mais penalizados. Ora, se um chofer de praça diz que essa categoria vai ser a mais penalizada é porque é a que comete mais infrações. É só não cometer infração que não vai ser penalizado!

Sr. Presidente, achei por bem participar deste debate porque o considero realmente essencial em nossos dias. A lei precisa do apoio de todas as pessoas responsáveis, das autoridades federais, das autoridades estaduais e municipais. Ela, aliás, prevê a participação dos Estados e Municípios na fiscalização e determina que o produto da receita da aplicação das multas vai ser destinado a melhorar as condições das nossas vias públicas e sua sinalização, ao aumento da fiscalização, etc. Então, o que existe vai além do mero interesse das autoridades em aplicar multas e simplesmente faturar com esse novo Código. Há também o empenho em melhorar a sinalização de nossas vias públicas, em campanhas educativas, etc. Ela tem um efeito pedagógico, não só punitivo.

Em vista de tudo o que vem sendo exposto pelas parcelas mais lúcidas da nacionalidade, quero externar o meu integral apoio ao novo Código de Trânsito e a certeza de que veio na hora exata, quando crescia a cobrança de penalidades mais severas àqueles que vivem abusando do trânsito, que vivem praticando infrações.

Compareço, com frequência, ao Hospital Sarah Kubitschek, à guisa de conseguir vagas para pacientes oriundos do meu Estado. E verifico, com muita tristeza, que mais de 60% das pessoas em tratamento naquele importante centro de medicina ali estão por causa de acidentes de trânsito. Muitos desses pacientes se vêem condenados à perda absoluta e definitiva de movimentos, são pessoas paraplégicas, destinadas a viver em cadeiras de roda.

Por todas essas razões, devemos apoiar o novo Código Nacional do Trânsito. Espero que a sociedade brasileira o receba da melhor maneira possível.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao Senador Leonel Paiva.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o assunto hoje em pauta leva à necessidade de uma reflexão profunda sobre a questão do Código de Trânsito brasileiro. É necessário uma série de adaptações a uma nova realidade. "Não se faz omelete sem quebrar ovos".

O novo Código Nacional de Trânsito, que tramitou no Congresso Nacional por longo período, finalmente, e em tempo, vai às ruas. A sociedade brasileira, motoristas e pedestres precisam se adequar a uma nova realidade. As reformas a que se submete o País, através da condução segura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos preparam para um futuro melhor. O novo Código Brasileiro de Trânsito nos prepara para menos violência e mais cidadania.

Reciclar é preciso. Reciclar idéias, reciclar atitudes, reciclar comportamentos, reciclar as autoridades de trânsito, reciclar os motoristas e pedestres.

É necessário que nós, do Congresso Nacional, ajudemos a evitar que os maus Prefeitos, que os maus Governadores, que as más autoridades do trânsito possam, aproveitando a rigidez do novo Código, usar a multa como elemento de arrecadação principal de suas administrações.

É necessário que o motorista brasileiro respeite mais o pedestre, como está no Código Brasileiro de Trânsito, mas é necessário também que o pedestre tome conhecimento de seus deveres no trânsito.

O assunto merece evidentes debates. O assunto não merece questionamentos, mas divulgação, e é isso principalmente que foi abordado hoje neste plenário. Há necessidade de uma campanha de divulgação capaz de esclarecer a todos não só os seus direitos e deveres no que se refere ao Código de Trânsito, mas, principalmente, que transmita aos brasileiros um clima bom e sadio para que o País possa melhorar.

Eu gostaria também de abordar um outro tema, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez, deu provas de seu compromisso com os pequenos e microempresários brasileiros. Foi assinada, no último dia 14, medida provisória que simplifica o processo de constituição de pequenas e microempresas nas juntas comerciais. A partir de agora, o Governo acaba com a exigência de apresentação de certificado de quitação de débitos de impostos e contribuições,

além da certidão de inexistência de condenação criminal contra o pequeno e o microempresário.

Além disso, o Governo Federal pretende implantar, em todo o território nacional, um projeto idealizado pelo Governo do Distrito Federal, e já em funcionamento desde outubro de 1997, chamado de Central de Atendimento Empresarial (Fácil), que aglutina, em um só local, todo o atendimento a pequenos e microempresários – o projeto, adotado pelo Governo do Distrito Federal, conta com o apoio do Governo Federal no que se refere a investimentos.

Essa medida, além de outras, visa a agilizar o ato de constituição da empresa, bem como desburocratizá-la, haja vista que, pelas regras atuais, chegam a demorar entre 25 e 60 dias. Com sua implantação, o prazo pode cair para 24 horas.

Ressaltou o Ministro Francisco Dornelles que "o principal objetivo do Governo é gerar empregos. Hoje, 98% dos estabelecimentos empresariais do País são micro e pequenas empresas. Após a implantação do Simples, mais de 80 mil empresas foram registradas no País".

Com a adoção dessa nova legislação, aliada ao Sistema Fácil de atendimento, tenho a certeza de que estaremos criando condições de ampliar ainda mais o número de empresas registradas, tendo como consequência natural a elevação do número de empregos formais.

É uma pena, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, no Distrito Federal, o Simples não esteja contemplado devidamente. O Governo impôs limites muito acima das possibilidades do pequeno e microempresário em relação aos impostos. Vale ressaltar que a pequena e a microempresa em qualquer lugar deste País é responsável pela grande maioria, pela esmagadora maioria dos empregos.

Muito obrigado.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo dar conhecimento a esta Casa das dificuldades por que passam os frigoríficos no Brasil Central: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Lá, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, no último mês, encerraram suas atividades seis ou oito frigoríficos. O motivo principal são as diferentes alíquotas do ICMS.

Apelo aos Srs. Senadores para que intercedam junto às lideranças estaduais no sentido de ser ado-

tada uma única alíquota em todos os Estados. Essa medida evitaria essa situação de caos na atividade do abate do gado. Além do fechamento de número elevado de frigoríficos, há o fato de que os que estão conseguindo sobreviver estão aviltando os preços, trazendo enorme prejuízo para os ruralistas e nenhum benefício para a população.

A meu ver, isso faz parte da globalização. Estamos tentando a globalização na área externa, e deveríamos fazê-lo na área interna.

Era o comunicado que eu queria fazer à Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de falar sobre o acordo firmado, na semana passada, entre a Volkswagen e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Taubaté, registro a importância do diálogo que houve entre V. Ex^a e o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Melvin Levitsky. Inclusive hoje o **Jornal do Senado** e a imprensa informam que, relativamente à solicitação feita pela maioria dos Srs. Senadores, referente à concessão de visto ao Deputado Fernando Gabeira, o Embaixador menciona que, nos Estados Unidos, há uma lei segundo a qual pessoas que tenham participado de ações terroristas ou de luta armada não podem ingressar no país.

É importante que as autoridades norte-americanas reflitam a respeito do assunto antes da decisão final, uma vez que o Embaixador, segundo revela o **Jornal do Senado**, comprometeu-se a dar uma resposta oficial do Governo de seu país nos próximos dias. Seria interessante que as autoridades americanas considerassem, primeiro, o que foi mencionado pelos Srs. Senadores mediante o documento enviado, ou seja, que o Deputado Fernando Gabeira foi anistiado pelo País, por decisão do Congresso Nacional, do Executivo, dos órgãos da Justiça. S. Ex^a fez uma autocrítica de sua participação na luta armada e hoje é membro do Congresso Nacional, participa ativamente das instituições democráticas brasileiras, das quais é um defensor. S. Ex^a se destaca na defesa dos direitos humanos, da cidadania, tanto no Brasil quanto fora, como, por exemplo, no Timor Leste, no Tibete, como representante do Partido Verde.

No momento do seqüestro, o Deputado Gabeira pensou na troca do Embaixador pela libertação de outros companheiros, inclusive o próprio Embaixador, mais tarde, chegou a revelar que o Deputado,

em depoimento, declarara que, naquela hora, poderia ter ocorrido a morte do Embaixador, não tivesse havido a decisão do Governo brasileiro de libertar os presos políticos. É preciso, portanto, considerar, Sr. Presidente, que o Governo dos Estados Unidos permite, sim, o ingresso de pessoas que participaram de luta armada. Ainda ontem, o Presidente Bill Clinton recebeu, na Casa Branca, o Presidente do Estado Palestino, o Sr. Yasser Arafat. Inúmeras vezes, os Estados Unidos receberam o Primeiro-Ministro de Israel, Yitzhak Rabin, líder que contestou as instituições que havia antes da formação do Estado de Israel, até que conseguiu a formação do mesmo.

Poderíamos citar inúmeros exemplos. Os Estados Unidos receberam recentemente o Presidente da República Popular da China com grandes honras; o Presidente Richard Nixon teve, nos anos 70, a ousada iniciativa de visitar a República Popular da China e de restabelecer, precedido pela política diplomática do pingue-pongue, as relações diplomáticas com o Estado que havia sido resultado de uma revolução armada legitimada.

Houve momentos da história do Brasil em que pessoas avaliaram que deveriam derrubar um governo constitucionalmente eleito. Refiro-me ao Governo do Presidente João Goulart. Nessa ocasião, navios norte-americanos deslocaram-se para a costa brasileira e estavam prontos para uma ação armada. E vale ressaltar que, no caso, se tratava de um governo constitucionalmente eleito.

Ainda nesta semana, V. Ex^a, como Presidente do Senado Federal, expressou a sua opinião de que o Governo militar cometeu falhas, mas fez algo de bom. Eu, por exemplo, tenho uma discordância com V. Ex^a, muito respeitosamente, mas fiquei preocupado com os registros da imprensa sobre essas observações de V. Ex^a, pois acabaram tendo uma conotação no sentido de que V. Ex^a poderia estar com saudades do regime militar. Tenho certeza de que não: de que V. Ex^a defende, hoje, as instituições democráticas, assim como compreende muito bem que este Senador é um defensor – e radical – das instituições democráticas.

Sabe o Presidente Fernando Henrique Cardoso que, ao acompanhar os aposentados perante o Palácio do Planalto, eu estava agindo democraticamente. Colaborei para que houvesse tranqüilidade e não ocorresse nenhum incidente grave. Mas V. Ex^a também já acompanhou uma grande manifestação até o Palácio do Planalto, certo dia, formada sobretudo por pessoas do Estado da Bahia, em defesa do Banco Econômico. V. Ex^a foi a uma audiência com o

Presidente, mas a imprensa registrou o fato como uma caminhada cívica e democrática. (Pausa).

V. Ex^a nega com a cabeça, mas a percepção que tive foi que V. Ex^a defendeu os interesses do Estado da Bahia, e o Presidente avaliou que seria interessante a preservação daquela instituição bancária, ainda que absorvida pelo Excel.

Conforme declarações de Maria Machado Cota, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, ao jornal **O Globo** de hoje, há mais de um ano estão pedindo audiência junto à Presidência. Vou solicitar a ela o registro desse pedido para que tenha V. Ex^a esses dados e, quem sabe, possamos ambos ponderar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que os ouça antes da reforma da Previdência. Eles também querem expressar a sua opinião.

Também gostaria de fazer ver às autoridades norte-americanas que seria de bom senso conceder o visto de entrada nos Estados Unidos a Fernando Gabeira, representante do Congresso Nacional e do povo brasileiro, para partilhar da cerimônia de entrega do *Oscar*, ao qual concorre o filme "O que é isso, companheiro?", e para o lançamento do livro de mesmo nome.

Outro assunto que quero abordar, Sr. Presidente, é o inovador acordo coletivo entre os metalúrgicos do ABC e de Taubaté e a Volkswagen.

O ataque especulativo contra várias moedas na Ásia ocorrido em outubro do ano passado e a conseqüente crise financeira que se abateu sobre o Brasil e levou o Governo a baixar medidas como a elevação das taxas de juros e um pacote fiscal, com o propósito de reduzir despesas e elevar receitas públicas, agravaram o cenário econômico brasileiro. O desaquecimento da economia levou várias empresas a procurar saídas no sentido de reduzir seus custos de produção.

Em meio a essa difícil conjuntura, cabe registrar a importância do acordo coletivo firmado, na semana passada, entre a Volkswagen do Brasil Ltda e os Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e de Taubaté.

A Volkswagen do Brasil, em dezembro último, alegou ter que efetuar 10 mil demissões em suas fábricas de Anchieta e Taubaté, a fim de compatibilizar seus custos à nova realidade de retração do mercado verificada após a crise. Em reação à intenção da empresa, os trabalhadores realizaram forte manifestação de protesto em 15 de dezembro passado. Houve então um recuo por parte da empresa e o começo de negociações visando preservar o emprego.

Para discutir a situação com os sindicatos, vieram ao Brasil sindicalistas alemães a fim de expor a experiência por que passaram em 1993. A Volkswagen contratava na Alemanha 105 mil trabalhadores e, caso não houvesse acordo, ameaçava demitir 30 mil empregados. Um entendimento entre as partes resultou numa redução de 13% do salário e de 20% da jornada de trabalho. Mesmo assim, houve a perda de 10 mil postos de trabalho, e hoje, na Alemanha, a empresa contrata 95 mil pessoas. Segundo o sindicato alemão IGMetal, o acordo não garantiu empregos como se esperava. O conhecimento dessa experiência reforçou a convicção dos trabalhadores de que não deveriam ceder facilmente à intenção da empresa de cortes de salário e de jornada.

Diferentemente do acordo da Força Sindical, realizado entre o Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo e o Sindipeças, em que ficou acertada uma redução de salários de 10% e diminuição de jornada de trabalho de 20%, por adesão, o acordo com a Volkswagen é regido por princípios distintos e menos prejudiciais aos trabalhadores.

Pelo acordo, a empresa poderá convocar somente os empregados necessários para o trabalho em jornada adicional. Foi criado o Banco de Dias, além do Banco de Horas que já existia. Sempre que o volume de produção tiver que ser reduzido devido a uma retração do mercado, os empregados trabalharão quatro dias por semana das três primeiras semanas do mês e três dias por semana na última semana, sem prejuízo salarial. Os dias não trabalhados constarão do Banco de Dias e deverão ser repostos conforme a necessidade da empresa.

Hoje, a jornada de trabalho da Volkswagen é de 42 horas semanais. Parte dos trabalhadores integra o regime de turnos de trabalho de 5x2, cinco dias de trabalho por semana e dois turnos por dia, e o restante, o regime de 6x1, seis dias de trabalho por semana e um turno por dia. O acordo estabelece, ainda, que em meados de 1999 todos os trabalhadores passarão a seguir o regime 6x1, mantendo a carga horária semanal.

Como passo inicial do acordo, foi implementado um programa de demissões voluntárias. No período de 17 de dezembro a 09 de janeiro, 4.062 pessoas aderiram ao plano, das quais somente 740 não estão aposentadas. A fábrica de Anchieta, que possui 22.600 trabalhadores, após as demissões passa a ter 19.000, e Taubaté, de 7.500, ficará com 6.900 empregados.

O pagamento da primeira parcela do 13º salário, que era efetuado em fevereiro de cada ano, foi

transferido para junho. A possibilidade de venda de um terço das férias passa a não mais vigorar, tendo os empregados que gozá-las integralmente.

Estima-se que as perdas salariais dos trabalhadores devem ser da ordem de 1,2% e virão da diminuição do adicional noturno, que passa de 30% para 25%, e da redução dos valores a serem pagos a título de alimentação e transporte.

Para 1998, a participação dos empregados nos resultados da empresa também sofrerá uma queda. O valor mínimo será de R\$2.100 e o valor máximo de R\$2.800. Em 1997, essas importâncias variavam de R\$2.650 a R\$3.001. É importante ressaltar que a participação nos resultados requer o direito de os trabalhadores conhecerem dados relativos à evolução da produção, bem como os econômicos.

Segundo Luiz Marinho e Antonio Eduardo de Oliveira, presidentes de ambos os sindicatos de metalúrgicos que firmaram o acordo, que ontem estiveram visitando o Senado e mantiveram audiências com o Ministro do Trabalho e o Presidente da República, houve duas cláusulas importantes para assegurar o futuro dos trabalhadores: os 12 meses de garantia de emprego e, em especial – e esta é a cláusula a que quero me referir e que me traz à tribuna do Senado –, a decisão de se produzir em São Bernardo e em Taubaté, a partir do ano 2000, a nova família de automóveis da Volkswagen, o denominado projeto PQ24. Dessa maneira se está assegurando o futuro dessas unidades a curto, médio e longo prazos.

Há cerca de dois anos que a direção da Volkswagen estava por decidir se aquela nova linha seria produzida no México, na Argentina, em outro país ou em alguma outra região do próprio Brasil. Com essa decisão, condição fundamental para que os trabalhadores aceitassem o conjunto das cláusulas do acordo anexo, que peço seja transcrito na íntegra, deu-se um passo de grande importância, inclusive para o desenvolvimento de ambas as cidades e regiões vizinhas.

Ressalto, Sr. Presidente, pelo que sei, tratar da primeira vez em que trabalhadores, de alguma forma, partilharam, por parte da empresa, da decisão de investir. Precisamos avançar na direção da democratização das relações de produção. No âmbito das empresas privadas, públicas e das estatais, faz-se necessário caminhar na direção de maior informação para todos aqueles que participam do esforço produtivo e do da criação de riqueza. A democracia só fará sentido na medida em que trabalhadores estejam partilhando das decisões dos empresários. Só

assim, Senador Lúdio Coelho – com quem tantas vezes tenho dialogado – tanto no campo, onde é importante trabalhadores estarem partilhando das decisões juntamente com os proprietários de unidades agropecuárias produtivas, como na indústria e no comércio, é importante possam os trabalhadores participar de decisões sobre como é efetuada a distribuição da riqueza.

Sr. Presidente, nesse sentido houve algo inovador: os trabalhadores participando da decisão da Volkswagen de, em Taubaté e em São Bernardo, produzir uma nova família de automóveis a serem vendidos pelo mundo inteiro a partir do ano 2000. Obviamente, no esforço que todo o ABC, Taubaté e cidades vizinhas estão fazendo para fortalecer a sua economia, essa decisão, da qual partilharam os trabalhadores, é de grande importância para o desenvolvimento de suas regiões.

Ontem, na audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, os Presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e de Taubaté levaram sugestões para atacar o desemprego no setor, conforme documentos anexos, que peço sejam transcritos.

O Governo Fernando Henrique Cardoso sancionou anteontem a lei que autoriza o contrato temporário de trabalho. Insistiu na votação desta lei, que dá poucas garantias aos trabalhadores, e, por isso, não obteve o consenso das principais organizações sindicais brasileiras. Se conseguiu o apoio da Força Sindical, também ouviu a crítica severa da Central Única dos Trabalhadores e de outras entidades. A situação é tão mais preocupante, porque grave é o quadro do desemprego e tênues são as proposições até agora apresentadas para assegurar um crescimento das oportunidades de trabalho.

Gostaria de salientar as ponderações e alertas de especialistas na área do Direito Trabalhista sobre esse contrato.

Que lição se pode tirar do acordo com a Volkswagen? Parece-me que ele mostra que a revisão das normas que regulam as relações de trabalho só será saudável se ocorrer com a participação dos trabalhadores e dos seus sindicatos. Essas negociações, a exemplo do que ocorreu no caso da Volkswagen, devem incluir a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas, compromissos de garantia de emprego e, em especial, nas decisões de investimento das empresas. E mais: também a participação dos trabalhadores na elaboração das políticas econômica, industrial e comercial.

Ontem o Presidente, que demorou bastante em receber, em audiência, os Presidentes do Sindicato

dos Metalúrgicos e da CUT, pelo menos agora se abriu para um diálogo. Vamos ver se se pode construir de fato essa participação dos trabalhadores, inclusive na elaboração da política econômica e industrial, para que todos os brasileiros tenham condição de partilhar das decisões e da riqueza construída em nossa Nação.

Sr. Presidente, peço sejam transcritos os documentos do acordo e entregues ao Presidente da República, anexando-os ao meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLYCY EM SEU PRONUNCIAMENTO:

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

São Bernardo do Campo, 22 de janeiro de 1998

Senhor Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso,

O desemprego hoje é um dos maiores problemas do Brasil. Os metalúrgicos do ABC acreditam que a solução para esta crise só será possível graças ao esforço conjunto dos segmentos diretamente envolvidos, Governo, empresários e trabalhadores. A dimensão do desemprego pode ser aferida pelos níveis de postos de trabalho, no exemplo do setor de autopeças. Em 1994 empregava 236.600 trabalhadores e agora, segundo dados do Sindipeças, emprega apenas 192 mil e com a expectativa de mais 7 mil demissões neste ano.

Neste sentido, e como parte diretamente envolvida, os metalúrgicos do ABC apresentam as suas propostas e esperam que elas encontrem espaço para a discussão e que contribuam para a solução deste indesejado problema:

Propostas

1. **REDUÇÃO DOS PREÇOS DOS VEÍCULOS:** Através de negociação com contrapartidas, redução dos preços dos veículos produzidos e vendidos no mercado interno, como instrumento de alavancagem das vendas e geração de arrecadação tributária. Para citar a viabilidade desta redução, basta lembrar que, nos primeiros protocolos dos veículos populares, constava que o seu preço deveria ser de no máximo R\$7 mil, e hoje o menor valor de mercado de um veículo popular é superior a R\$11 mil.

2. **OBRIGATORIEDADE DE SUPERÁVIT NA MEDIDA PROVISÓRIA DO SETOR:** Fixação, na medida provisória do setor automotivo, por um período a ser negociado, da obrigatoriedade de superávit no comércio exterior do setor: para importar com o incentivo fiscal atualmente concedido, as empresas terão que exportar em dobro ao volume de sua importação: 2 x 1. E deste modo, inverter, positivamente, o elevado déficit comercial apresentado pelo setor em 1997.

3. **EXPORTAÇÕES:** Elaboração de um conjunto de incentivos fiscais às exportações.

4. **LINHA DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS:** Abertura de linha de crédito junto ao BNDES, e com base em recursos do FAT, para apoiar, com juros de TJLP mais 2%, as empresas, especialmente

de pequeno e médio portes, visando a concessão de capital de giro.

5. PROGRAMA DE RENOVAÇÃO DA FROTA NACIONAL DE VEÍCULOS: através de uma ampla discussão em toda a cadeia produtiva, buscar incentivar a renovação da frota nacional dos veículos⁽¹⁾ e, deste modo, estimular a geração de empregos, e melhorar as condições de segurança e proteção do meio ambiente.

6. REVISÃO DO IPI: Retorno às alíquotas anteriores de IPI sobre os veículos, ou revisão de acordo com as diferentes categorias de veículos.

7. JORNADA: Negociação tripartite visando a redução para 40 horas semanais, sem redução salarial. Esta negociação também envolveria a modularidade (flexibilidade) da jornada de trabalho.

8. JUROS: Revisão da política de juros.

9. CÂMBIO: Adequar a política cambial ao objetivo da estabilização, associada à preservação da indústria nacional e geração de novos postos de trabalho.

Lutz Marinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

(1) No Brasil, há cerca de 16 milhões de veículos em circulação, sendo que quase a metade tem mais de 10 anos de uso, e 3 milhões tem mais de 15 anos.

Acordo Coletivo

Entre a Volkswagen do Brasil Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Volkswagen, 291, Parque Jabaquara, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada Empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com sede na rua João Basso, 231, em São Bernardo do Campo, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico, Siderúrgicas e Automobilísticas e de Autopeças de Taubaté, Tremembé e Distritos, com sede na cidade de Taubaté, na rua Urupês, 98 por seus Diretores, doravante denominados Sindicatos, representando neste ato os Empregados da Empresa lotados no estabelecimento fabril sediado na via Anchieta, km 23,5, em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e no estabelecimento fabril localizado na av. Carlos Pedrosa da Silveira, 10.000, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, respectivamente, doravante denominados Empregados, devidamente autorizados por deliberação em assembleia dos Empregados, em conformidade com o artigo 612 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com os Estatutos da Entidade Sindical respectiva,

Considerando

- a necessidade de compatibilizar os custos da Empresa com as situações determinadas pela queda do mercado,
- a vontade comum das partes de evitar a demissão de grande contingente de Empregados, necessária à adequação do efetivo da Empresa aos atuais níveis de produção,
- a necessidade de melhorar os níveis de produtividade e competitividade das unidades fabris da Anchieta e Taubaté, entre outras,
- a necessidade de implementar mecanismos que possibilitem maior flexibilização no cumprimento das jornadas de trabalho e na utilização da mão-de-obra,
- a vontade comum das partes de buscar uma estratégia que garanta o futuro a curto, médio e longo prazos das fábricas Anchieta e Taubaté.

é firmado o presente Acordo Coletivo, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

O item 3.6. do Acordo Coletivo de Redução e Flexibilização da Jornada de Trabalho, Incorporação do Descanso Semanal Remunerado e Pagamento Mensal firmado entre a Empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC passa a ter a seguinte redação:

"3.6. Poderão ser acordadas previamente entre as partes jornadas adicionais de trabalho, nas seguintes condições:

3.6.1. A Empresa poderá convocar somente os Empregados necessários para o trabalho em jornada adicional;

3.6.2. As horas trabalhadas pelos Empregados convocados nas condições do item 3.6.1., serão remuneradas acrescidas do adicional de 50% aos sábados e 100% aos domingos e feriados;

3.6.3. Os Empregados que tenham saldo devedor no Banco de Horas receberão somente o adicional referido no item 3.6.2. sem pagamento da hora-base, até o limite do respectivo débito no Banco de Horas;"

2. BANCO DE DIAS

Sem prejuízo do conceito do "Banco de Horas" regulamentado entre as partes, fica estabelecido que:

2.1. Sempre que o volume de produção tiver que ser reduzido em razão de acentuada retração de mercado, a Empresa poderá estabelecer uma jornada semanal reduzida em um ou mais dias, de forma geral ou setorial, sem prejuízo salarial para os Empregados;

2.2. Os dias de folga, concedidos com objetivo de reduzir o volume de produção, nos termos do item anterior, a partir de novembro de 1997, passarão a integrar o denominado "Banco de Dias".

2.3. O saldo devedor do "Banco de Dias" será reposto, conforme necessidade da Empresa, na forma de dias de reposição de produção, sem pagamento das horas-base, ou de quaisquer acréscimos.

2.4. O débito dos Empregados para com o "Banco de Dias" somente se extinguirá quando de sua respectiva reposição, ainda que tal fato venha a ocorrer após o prazo de vigência deste Acordo Coletivo.

3. PAGAMENTO DA PRIMEIRA PARCELA DO 13º SALÁRIO

A primeira parcela do 13º salário será paga no mês de junho, inclusive para os Empregados que vierem a gozar férias individuais no período de janeiro a junho.

4. REDUÇÃO DE PESSOAL

Diante da necessidade da Empresa de reduzir excedente de pessoal, as partes, de comum acordo, decidiram implementar um programa de demissões voluntárias. Em consequência, a partir de 18 de dezembro de 1997 e até 9 de janeiro de 1998, a Empresa abriu inscrições para adesão a esse programa, sujeitas à aprovação da respectiva chefia do Empregado e de Recursos Humanos, para adequação do quadro de pessoal aos novos níveis de produção.

4.1. Os Empregados que aderirem voluntariamente ao programa acima mencionado terão a garantia de receber, além das verbas rescisórias legais, um "Incentivo Financeiro" acordado especificamente para este programa ou seja:

- 50% do salário mensal nominal por ano de trabalho na Empresa para os Empregados mensalistas;
- 41,5% do salário mensal nominal por ano de trabalho na Empresa para os Empregados horistas.

4.2. Os Empregados beneficiados por este programa poderão optar pela participação em Plano Médico adquirido e pago pela empresa com validade de três meses ou pela percepção de pagamento único, a esse mesmo título equivalente a R\$375,00 (trezentos e setenta cinco reais).

4.3. Empregados que se encontrarem em gozo de férias no período de 18 de dezembro de 1997 a 9 de janeiro de 1998, poderão aderir a este programa quando do retorno ao trabalho. Empregados que neste mesmo período estiverem afastados do trabalho, poderão aderir a este programa, no retorno ao trabalho, até 31 de março de 1998.

5. APOSENTADOS

5.1. Com o objetivo de minimizar o impacto decorrente da redução de postos de trabalho, será processado o desligamento de empregados aposentados constantes do cadastro de pessoal em 2 de janeiro de 1998, conforme relações anexas.

5.2. Para os empregados aposentados constantes das relações anexas será pago, por ocasião do seu desligamento, o incentivo financeiro estipulado na cláusula 4 deste Acordo Coletivo.

5.3. Fica facultado à Empresa calendarizar a data do desligamento dos empregados constantes das relações anexas, garantindo o pagamento do incentivo financeiro na efetivação da demissão previamente identificada.

5.4. O pagamento do incentivo financeiro, de acordo com a faculdade prevista na cláusula 5.3, supra, não poderá servir de paradigma para solicitação de pagamento do mesmo incentivo financeiro para empregados não enquadrados nas condições da mencionada cláusula 5.3.

6. REDUÇÃO ADICIONAL NOTURNO

Fica estabelecido que o Adicional Noturno passará de 30% para 25%, conforme Convenção Coletiva da Categoria, a partir da assinatura deste Acordo Coletivo na fábrica da Anchieta.

Para os empregados da fábrica de Taubaté esta redução será discutida na próxima data-base.

7. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DE 1998

7.1. Para o ano de 1998 a Participação dos Resultados terá fixado como valor máximo a importância de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais) e como valor máximo a importância de R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

7.2. Para efeito da medição do resultado e valor de pagamento, em 1998, será considerado exclusivamente o volume de produção.

7.3. Na hipótese de produção equivaler a 80% do volume produzido em 1997 o valor a ser pago a cada empregado será de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais).

Se a produção de 1998 for igual a de 1997 os valores a serem pagos serão:

Anchieta: R\$2.500 (dois mil e quinhentos reais)

Taubaté: R\$2.650 (dois mil e seiscentos e cinquenta reais).

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, hoje é um dia de debates nesta Casa destinados à reflexão sobre os temas da atualidade, já que o Senado cumpriu rigorosamente a sua pauta de votações, o seu ritmo de trabalho. Embora isso nem sempre seja considerado significativo, é, a meu ver, uma das funções desta Casa, que é, também, um grande fórum de natureza político-pedagógica e formadora de idéias, de debates e de opiniões.

Por isso, aproveito esta sessão de sexta-feira para falar de um fato da atualidade, que tem sido deveras comentado nos meios de comunicação e a meu juízo é, do ponto de vista simbólico, um dos momentos decisivos do século XX. Trata-se da visita do Papa João Paulo II a Cuba.

Não é pelo fato em si de um dignitário, de uma Igreja internacional de grande importância, visitar um país socialista. É pelo conjunto de elementos contidos dentro dessa visita. Eles são merecedores da nossa reflexão. Disse tratar de um conjunto de elementos contidos nessa visita. Por isso até que ela é notícia. Porque sempre que um determinado assunto possui um complexo de situações, ou seja, o acúmulo de circunstâncias contraditórias, a própria dificuldade de elaborarmos, aos poucos ou rapidamente, o significado nos leva a ter o fato como importante. Daí ele se transforma em notícia, em diálogos caseiros, familiares, de esquina, de bares, de Parlamentos. É esse caso, e não propriamente o fato em si.

Ele, a meu juízo, contém lições formidáveis para nós todos. A primeira delas é a de que é um símbolo de uma transformação que se opera no mundo desde o fim da Guerra Fria. A Guerra Fria foi uma tragédia, como também o foram as duas outras guerras deste século: a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A Guerra Fria prolongou, de um modo aparentemente oculto – já não era oculto –, uma divisão da humanidade, que não foi nem do Ocidente, como habitualmente se dá, isto é, o Ocidente com uma filosofia e o Oriente com outra; uma divisão da humanidade, repito, em dois blocos de extrema rigi-

dez, de extrema violência, ambos movidos por ideais diversos: o capitalismo e o comunismo.

Na área do comunismo, algumas variáveis: o comunismo ortodoxo, o comunismo de linha chinesa e os socialismos; alguns socialismos democráticos que chegaram a posições bastante avançadas, associadas a uma política que não era necessariamente dependente da totalidade do Estado como grande regulador das regras da sociedade e o grande repartidor da justiça. Do lado do capitalismo, formas selvagens de capitalismo, fenômenos ligados à montagem do imperialismo econômico, colonialismo, fomento de guerras e predomínio, digamos, de umas economias sobre as outras. Esse é um tempo em que, pelo capitalismo internacional, os países deixam de ter a sua soberania puramente adstrita a conceitos jurídicos de cada Estado, porque desaparece a soberania econômica e, desaparecendo a soberania econômica, pode-se ter a soberania jurídica que se quiser, porque, a rigor, a soberania não existe; como na atualidade, pode-se ter a soberania jurídica que quisermos, porque, sem o comando da tecnologia, não há soberania que resista.

Assim, os dois sistemas, com as suas variáveis, tornaram-se os dois grandes antagonistas do processo político do século XX. É evidente que a Igreja Católica colocou-se mais próxima da posição do capitalismo. Em primeiro lugar, porque os países comunistas, adotando uma filosofia de plenitude do Estado, desde logo, ofenderam alguns princípios básicos do catolicismo e do cristianismo em geral; tiraram da família o controle do processo educativo e o entregaram ao Estado; e, por outro lado, criaram um Estado totalitário, alguns dos quais chegando a considerar a presença da religião como algo destinado a diluir as energias necessárias dos pobres do mundo pela idéia de uma outra vida redentora e, portanto, diluindo as energias necessárias para a construção de um Estado forte e significativo. Foram, portanto, dois pólos.

Também a Igreja Católica, a partir da Revolução feita por João XXIII, silenciosa e docemente, passou a ter divisões internas, porque importantes setores da Igreja Católica compreenderam que precisavam associar-se, sim, aos ideais liberais do capitalismo. Porém, não era cristão associar-se aos ideais dominadores e, a seu modo, totalitários, do capitalismo, em sua expansão, e do imperialismo.

Há, dentro da Igreja, um movimento muito forte que vai, pouco a pouco, sendo sintetizado pela figura magnífica de Paulo VI, num papado discreto, do ponto de vista do espetáculo externo, mas profundo,

sério, do ângulo da integração rica das partes nas quais a própria Igreja se dividiu ao longo desse processo. Paulo VI foi um Papa notável, por sua capacidade de congregação de elementos internos da sua Igreja, por seu silêncio permanente e por sua ação solitária na defesa dos ideais cristãos renovados do século XX.

Vejam, portanto, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que a Igreja, num momento de transformação, já cristalizada, chega a Cuba – em breve falarei sobre o Papa atual – e que, no Papado de João Paulo II, passa por uma movimentação deveras curiosa.

O Papa João Paulo II se mostra um Papa, vamos dizer – a palavra nem sempre é boa –, conservador, do ponto de vista litúrgico. Sua Santidade devolve ou busca devolver, com muita energia, a Igreja aos seus fundamentos. Sua Santidade é fechado a avanços comportamentais havidos no mundo – às vezes reivindicados dentro da própria Igreja, como o direito das freiras de rezar missa, como questões ligadas ao casamento, ao celibato clerical. E, ao mesmo tempo em que Sua Santidade é fechado do ponto de vista interno da organização da Igreja, talvez por perceber, do alto do Papado, até a possibilidade de desintegração de seu Corpo, João Paulo II é, do ponto de vista político, um Papa excepcional na defesa das suas idéias e, sobretudo, no sentido de oportunidade, de fazer a presença da Igreja refulgir onde quer que ela estivesse ameaçada por sistemas políticos, por crises internas ou pela evolução de outras correntes religiosas que, mais adequadas ao momento tecnológico, ajustaram-se aos meios de comunicação e se transformaram também em meio de proselitismo extremamente competentes.

Portanto, do ponto de vista político, Sua Santidade é um Papa importante; do ponto de vista religioso, não tenho condições nem cultura, nem alcance suficientes para poder analisá-lo. Sua Santidade tem, então, o sentido de oportunidade que o leva a penetrar por entre os sistemas fechados em momentos de crise desses sistemas e, através da pregação religiosa ou por intermédio da pregação religiosa, obter ganhos políticos na direção da liberação de Estados ou de países em que o Estado predominava de modo autoritário ou totalitário, fazendo penetrar ali alguns aspectos muito interessantes da visão cristã do mundo: o aumento do humanismo nas relações humanas, a idéia da solidariedade, a idéia do pluralismo da sociedade. É, portanto, um Papa estrategista, diplomático, que, na idade avançada em que está, se não me engano, faz, no momento, a sua 81ª ou 82ª viagem pelo mundo, indo a Cuba.

Cuba é um país que viveu um processo heróico, a meu ver. Este é um dos momentos mais significativos da América Latina. Não que eu concorde pessoalmente com os sistemas fechados – não concordo – nem com a inexistência de substituição no Poder, que é a característica básica da democracia. Aludirei a isso, breve.

Mas, na América Latina, Cuba realiza uma tarefa hercúlea. A América Latina, por ter sido vitimada pela guerra fria e por ser o Continente no qual um dos sistemas detentores da guerra fria colocou, econômica e politicamente, as suas tenazes, afunda na subserviência político-ideológica, na imposição de sistemas autoritários destinados a manter esse tipo de *status quo*, na permanência de índices crescentes de miséria, de distanciamento social, de fome, de dor e de dificuldades.

A América Latina é, portanto, uma região do mundo marcada profundamente por dificuldades próprias de organização e de crescimento, mas também pela presença do antigamente chamado imperialismo econômico, num momento da história em que ele assim se apresentava, que é um momento bem diferente do atual, em que o sentido de globalização e das multinacionais já nos leva para considerações de outra ordem.

Cuba é heróica no sentido de que enfrenta tal conjuntura com brio, com energia e capacidade de aglutinação do povo, de busca de raízes sentimentais da nacionalidade e, sobretudo, de busca da igualdade de direitos. E o faz debaixo de um tenaz e terrível bloqueio econômico, que, de certa maneira, de tão pouco inteligente que é, ajudou-a a se fortalecer, porque, sempre que a ameaça externa existe, a coesão interna se estabelece e cresce, e até os ditadores se tornam mais fortes. Nas ditaduras que não tenham, digamos, o conteúdo social da ditadura de Fidel Castro, a ameaça externa também é um argumento dos ditadores para se manter no Poder.

Cuba, portanto, vive esse processo, consegue prodígios no sentido de organização da sua sociedade, ao mesmo tempo em que a falência que corria gradativa no capitalismo selvagem, tanto quanto no socialismo de Estado, leva à não-percepção da necessidade da existência de um lastro de desenvolvimento econômico como base para a sustentação do equilíbrio social; ou como um elemento de dialética, de dinâmica, de integração, porque as sociedades não se desenvolvem puramente por sua caminhada na direção da justiça social. Foi isso que a derrocada da visão generosa do socialismo de Estado mostrou ao mundo. E é isso que a antiga esquerda brasileira

não consegue compreender. Ela prefere ainda os atos de insubordinação; prefere ainda os atos de colocação de uma pregação populista, de um igualitarismo utópico, para afirmarem aquilo que as pessoas querem ouvir mais do que para lutar pelo que é necessário. Assim como as esquerdas antigas, velhas – no pior sentido da palavra, porque no melhor sentido da palavra nós, velhos, sempre nos sentimos incluídos – assim como a esquerda brasileira não é capaz de perceber a mudança no mundo, os sistemas de socialismo de Estado não o perceberam, as dificuldades econômicas o invadiram e o que se viu foi a derrocada de um sistema em todo o mundo, percebido com genialidade por Gorbachev, que, por isso mesmo, é hoje uma pessoa no ostracismo, porque foi capaz de ver adiante. E acontece sempre com os homens sonhadores ver adiante e não ser capaz de instrumentar o adiante

A política, curiosamente, possui dois tipos de políticos: o político polarizado e o político dialético. O político polarizado é aquele homem capaz de afirmar verdades e ter as suas verdades acima da própria realidade e ser um servo das próprias verdades. O político dialético é um homem que joga com a realidade, na sua contradição, na sua complexidade. Em geral, os políticos polarizados fazem mais sucesso e os políticos dialéticos levam o processo mais longe. Os políticos polarizados interessam mais ao noticiário, porque eles dão a idéia de que têm nas suas mãos a solução dos problemas, e eles têm realmente um caráter executivo muitas vezes.

Assim é, portanto, com os países da área socialista que, não percebendo as mudanças do mundo, continuaram a acreditar na possibilidade de o Estado, sozinho, ser capaz de desenvolver a plenitude das atividades sociais, a igualdade, a justiça, que estão presentes na generosidade da visão socialista do mundo, mas que não se passaram para a realidade. Porque, paralelamente a esse processo, deu-se, a despeito das ideologias, um desenvolvimento da ciência e da tecnologia que foi, ele, o grande fator, tanto de destruição do modelo autoritário de Estado como de transformação do modelo capitalista selvagem.

Curiosamente, foi através de caminhos inorthodoxos que a mudança se deu. Por exemplo, a questão do meio ambiente nunca foi uma questão importante, mas a questão do meio ambiente hoje é uma questão magna da humanidade. E ela tem, portanto, um conteúdo ideológico, porque na medida em que qualquer sistema danifica o meio ambiente e faz com que a possibilidade de vida sobre a terra seja cada vez menos possível, cada vez que isso aconte-

ce ali está-se estabelecendo uma luta política. E o meio ambiente vem para o primeiro plano político como decorrência do desenvolvimento tecnológico em seu aspecto negativo. Os sistemas, portanto, vão entrando em agonia, alguns, da agonia, passam por transformações radicais, outros se tomam recalcitrantes.

Dois países resistiram de modo diferente a essa transformação operada no seio do socialismo. Aliás, entre parênteses, quero dizer que não creio que o socialismo esteja morrendo no mundo, creio que está passando por um processo de transformação. Continuo a acreditar que o mundo marcha para o socialismo, só que ali se deve agregar uma frase: na medida em que o socialismo marche para o humanismo. Fechado o parêntese, volto ao tema, no sentido de seguir a idéia norteadora desta modesta fala nesta manhã de sexta-feira.

Dois sistemas discrepam dessa derrocada brutal do socialismo de Estado. E também é importante dizer, quando falamos em derrocada brutal do socialismo estatal, que também nos países não-desenvolvidos de capitalismo ortodoxo crises muito graves há, decadências muito sérias proliferam. Aí estão a miséria, a dor e a fome, aí está tudo o que se faz de maldade com a África, aí está tudo que se faz de abandono com os pobres do mundo, nos países capitalistas. Portanto, eles também não resolveram o problema social. Não é pela derrocada do socialismo de Estado que necessariamente se erigirá a idéia de um capitalismo vitorioso e vencedor, associando o Capitalismo voraz a sadias idéias de liberdade de mercado; estas, sim, democráticas.

A derrocada se dá em ambos os sistemas, e o mundo começa a passar por uma transformação. Algumas experiências socialistas como as nórdicas, por exemplo, que nunca foram experiências de socialismo de Estado puro, passam a ser compreendidas melhor pelo Ocidente.

A idéia socialdemocrata começa gradativamente a se tornar vigente. Já estava vigente há muitos anos, na sabedoria nórdica, ao norte da Europa. Foi tentada nos demais setores da Europa; sempre abafada pelas polarizações ou do capitalismo ortodoxo, ou do comunismo. A socialdemocracia na Alemanha vem do século passado como tentativa, pois sempre foi associada, em alguns ângulos, aos poderes mais fortes da economia e, em outros, aos vetores oriundos do pensamento social. Ela, até hoje, mantém essa contradição, extremamente rica, porque busca nutrir-se de aspectos positivos do liberalismo e busca banhar-se nas águas generosas da visão socialista do mundo.

Por isso, Sr^{as.} e Srs. Senadores, considero o que cerca o encontro do Papa com Fidel Castro simbólico de um novo tempo. Primeiro, um regime fechado que sempre hostilizou a presença da Igreja, porque há uma pregação de conteúdo contrária, abrir-se para ela. Segundo, a presença da Igreja, que embora fechada igualmente e hierárquica em seu plano interno, é aberta, é promotora da idéia da democracia e dos ideais da pluralidade como parte do ser humano.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TAVOLA (PSDB – RJ) – Permito com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela reflexão que faz, tendo como catalisador esse notável encontro de João Paulo II com Fidel Castro, em Cuba. Como V. Ex^a, também estou acompanhando com emoção, com vontade de acompanhar de perto, porque partilho do sentimento e dos objetivos expressos por V. Ex^a, como objetivos da humanidade: a busca da justiça, com liberdade, com democracia. V. Ex^a faz uma análise de como os países que tentaram construir o socialismo, ao impor essa tentativa, estatizando toda a economia e fechando-se, politicamente, acabaram incorrendo em erros que levaram, inclusive, ao desmonte da União Soviética e dos países do leste europeu. Ali, em Cuba, por inúmeras circunstâncias, o socialismo permanece como objetivo maior, tendo à frente o Partido Comunista e um líder, Fidel Castro, que, por extraordinárias razões, conseguiu legitimar-se, mantendo aquela chama e aqueles ideais – ainda que reconhecendo cada vez mais problemas na forma de organização econômica –, fazendo com que, tal como se sucede na China, comece haver experiências que venham a compatibilizar maior eficiência da economia com aqueles ideais consubstanciados, por exemplo, na nova concepção do que pode ser o ser humano, expresso pelos escritos de Ernesto Che Guevara ou nas suas manifestações. Então, como compatibilizar os ideais que são da humanidade – ideais de justiça, de fraternidade e solidariedade – com o sistema econômico que, muitas vezes, leva à busca do individualismo, acedendo-se, simplesmente, a chama do interesse próprio? Será possível compatibilizar tais questões? Este é o desafio da humanidade. E João Paulo II, convidado nesta circunstância para ali expressar também a importância da liberdade de crença, de fé e de esperança, está se constituindo num sopro formidável para Cuba, e espero possa levar os norte-americanos a

reverem a sua posição de insistência no bloqueio à Cuba, que, cada vez mais, salta aos olhos, foge ao bom-senso. Por isso, tem muita razão João Paulo II ao dizer aos norte-americanos: "parem com este bloqueio, porque até as condições de democratização e fortalecimento da economia cubana caminhará mais celeremente".

O SR. ARTUR DA TAVOLA (PSDB - RJ) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Ex^a por enriquecer o meu discurso com uma observação, a meu ver, tão correta e ponderada.

Esses dois sistemas que resistem, como foi inclusive acentuado pelo Senador, são Cuba e China, por motivos totalmente diferentes. A meu juízo, a China operando um milagre, porque está conseguindo um desenvolvimento econômico dentro de um sistema político fechado. Normalmente, ao liberalismo econômico, corresponde uma organização democrática do Estado; dificilmente o liberalismo econômico vige fora de um sistema democrático aberto. Essa é pelo menos a experiência. A China, ao fim da derrocada do momento mais radical de sua organização interna, que foi o momento da chamada Revolução Cultural – que eu poderia chamar de involução cultural –, felizmente, encontrou uma geração privilegiada, que fez uma transformação dessa sociedade. A China é um país de economia mais aberta que o Brasil, extremamente mais aberta que o Brasil, com um sistema político fechado, com as suas complexidades. Mas não me vou ater ao assunto da China, pois levaria anos de análise.

Cuba se deu conta de que precisava abrir a sua economia, talvez um pouco atrasada, quando perdeu o contato com a União Soviética, que se desfez, e, conseqüentemente, a sua ajuda. E Fidel Castro vem tateando. Já conseguiu abrir o turismo e, enquanto não abrir mais profundamente, institucionalmente, o país vai permanecer dessa forma. Ao mesmo tempo, há que se preservar as conquistas daquela revolução, que não são poucas, nesta América de tantas injustiças.

Sr. Presidente, concluindo, na visita do Papa a Cuba, há esses elementos todos presentes. É importante que esse tipo de compreensão esteja acontecendo na humanidade, pois ela se dá de uma maneira muito interessante. O Papa vai a Cuba; nesse sentido, prestigia o país. Cuba fica fortalecida na medida em que tem o Papa a prestigiá-la. Nos discursos de Fidel Castro e do Papa, cada qual diz as suas verdades. O Papa faz críticas ao fechamento político, ao domínio do Estado na educação. Propõe que a educação se abra, não seja tão estatal. Isso

se dá no plano externo para que cada um fale para as suas platéias.

Mas quem conhece a política – nacional, internacional, municipal, clubística ou qualquer política – sabe que lavra por baixo das pregações externas, muitas vezes, a tentativa do encontro de pontos comuns. E sei que entre Fidel Castro e a Igreja Católica está se dando, neste momento, uma forma de integração, e essa forma de integração pode, do ponto de vista interno de Cuba, ventilar uma sociedade fechada com a presença da reflexão da espiritualidade, que, no mundo materialista, tanto no socialismo como no capitalismo, é uma das necessidades contemporâneas. Como pode também ajudar que Cuba deixe de ser um país estrangulado e, ao mesmo tempo, possa se abrir, não para a derrubada de conquistas importantes de sua revolução, mas para a organização de um sistema político que não tenha mais que se basear exclusivamente na centralização de poder, sem substituição no poder e sem vida e possibilidade de pulsação mais profunda de uma sociedade tão rica, tão bonita, tão repleta de cultura, tão cheia de generosidade como a sociedade cubana, que, por sinal, tem na sua formação a mesma natureza da sociedade brasileira e a presença formidável da raça negra. Os negros que vieram da África para Cuba são da mesma região dos negros que vieram para a Bahia, para o Nordeste, razão por que temos enormes afinidades e a rica cultura que caracteriza o Caribe, tanto quanto caracteriza esse nosso trópico.

~ São considerações, Sr. Presidente, numa semana de grandes acontecimentos, que creio que devemos fazer também da tribuna do Senado, sem, digamos, qualquer ênfase especial, sem esgares de afirmações de crença, mas com reflexão, com equilíbrio e com uma enorme esperança de que tudo isso seja símbolo de uma grande mudança.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância pelo tempo e também por ouvir-me.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB - DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, antes de abordar o tema que me traz a esta tribuna, gostaria de registrar aqui a minha satisfação pessoal em ouvir o Presidente do meu Partido, Líder da Social-democracia Brasileira, Senador pelo Rio de Janeiro, Artur da Távola, que nos traz, com a sua inteligência, com a sua ponderação, com o seu equilíbrio, uma análise extremamente importante dos aconteci-

mentos da atualidade, particularmente da visita do Papa a Cuba.

Quero dizer ao Senador Artur da Távola que uma das manias que tenho – obviamente, falo das saudáveis, porque são publicáveis – é consultar na Biblioteca do Senado – que é uma grande biblioteca – momentos importantes da história do Senado Brasileiro.

O Congresso Nacional, o Legislativo de uma forma geral, interpreta, mais do que qualquer outro Poder, as fases da história política brasileira, as suas grandes mudanças, as grandes crises, os grandes acontecimentos da história mundial.

Tenho absoluta convicção, até pela experiência dessas minhas consultas, de que, daqui a muito tempo, quando outros curiosos forem consultar o momento que vivemos hoje, encontrarão, na análise de V. Ex^a e em outras análises que fazem nesta Casa, em dias de menor frequência, de debates menos calorosos, interpretações que têm relevância histórica, porque, sob o ponto de vista de dados objetivos e também de um acompanhamento atento das mudanças que se processam no mundo, analisam pontos que podem ficar marcados na curva da humanidade como pontos de inflexão extremamente importantes para a humanidade, e é o que desejamos.

Fico muito feliz também em ouvir aqui o Senador Artur da Távola já totalmente recuperado da sua saúde pessoal, enfim, a nos brindar aqui com a sua inteligência de sempre.

Essa minha introdução, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é quase um pedido de desculpas. Tenho que vir a este plenário hoje tratar de um tema local que honestamente não me agrada, preferia não ter que fazê-lo, principalmente depois do pronunciamento do Senador Artur da Távola, com aparte, do mesmo nível intelectual, do Senador Eduardo Suplicy. Ocorre, Sr. Presidente, que o Senado Federal é a Casa da Federação. Os Estados brasileiros, as unidades da Federação, têm aqui três representantes cada um. O Senado é a Casa que fala mais diretamente do interesse de cada uma das unidades da Federação. Abro os jornais, hoje pela manhã, e tenho que revelar desta tribuna, é a única que tenho, não sou dono de rádio, não sou dono de jornal, não tenho outros instrumentos que não o que me foi conferido pela vontade popular, também não sou senador biônico, também não existe mais isso no Brasil; fui eleito, e, até como forma de honrar este mandato, esta é a tribuna que tenho que usar para, escolhendo as palavras, dizer da minha perplexidade com os jornais de hoje aqui em Brasília, que trazem declara-

ções do Governador de Brasília atribuindo a mim a capacidade de reter recursos que deveriam ter sido repassados para Brasília, e, segundo ele, não o foram.

Reconheço no Governador de Brasília um homem inteligente, mais que isso, S. Ex^a faz parte das minhas relações de amizade pessoal. Só posso atribuir isso a um momento eventualmente menos feliz no plano emocional, em função das pressões a que um governante naturalmente é submetido. Trata-se, provavelmente, de um desabafo, do qual, depois de alguma reflexão, S. Ex^a, com certeza, fará uma nova análise. Mas, como S. Ex^a falou publicamente, não me resta outra alternativa, senão também me manifestar publicamente a respeito da minha perplexidade, pois, em primeiro lugar, embora o Governador de Brasília seja de um Partido de Oposição ao Partido do Presidente da República, durante o seu mandato, os recursos do Governo Federal que são transferidos para Brasília tiveram um aumento real, já descontada a inflação, de 13,9%.

Fiquei perplexo também porque ele próprio, Governador de Brasília, e o seu Secretário da Fazenda, Dr. Mário Tinoco, várias vezes, publicamente, agradeceram-me pela atuação que tive, e o agradecimento era até dispensável, porque não fiz mais do que a minha obrigação. Todas as vezes em que fui instado por eles próprios a defender os interesses de Brasília, a buscar, junto ao Presidente da República ou ao Ministro da Fazenda, celeridade no repasse dos recursos para Brasília, eu o fiz, sem, nunca, em nenhum instante, questionar de que Partido é ou deixa de ser S. Ex^a, o Sr. Governador.

Fiquei perplexo também, porque, há poucos dias, li, no mesmo jornal – e me calei –, uma frase do Governador de que, na verdade, o Senador Arruda não ajuda em nada. Ora, essa era uma frase da sua análise pessoal e política. Posso até discordar dela, mas julguei, depois de alguma reflexão, que seria talvez presunção da minha parte me contrapor a ela. S. Ex^a é quem dirige os destinos da Capital do País e se julga que ajuda nada ou ajuda pouco, quem sou eu para dizer o contrário? Mas a minha perplexidade é que eu leio no jornal hoje que sou eu que estou segurando a verba. Ora, quando sai o dinheiro eu não ajudei e quando não sai sou eu o culpado?

Bom, mas há um quarto motivo de perplexidade. Com certeza o Governador de Brasília não conhece o Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Por que será que eu ou qualquer outro Senador, por qualquer razão que seja, política ou não, teria poder de influenciar nas decisões do Ministro da Fazenda de

repassar ou não recursos orçados para os Estados a que eles se destinam? Eu desconheço! Aliás, um dos méritos da equipe econômica do Governo Federal é estar fazendo uma execução orçamentária, fazendo os repasses de recursos, descentralizando-os, inclusive, independente de sigla partidária. Eu mesmo, como Líder do Governo no Congresso, comumente sou abordado por colegas meus de Parlamento, contrariados até pela forma rápida com que o Governo Federal atende Partidos de Oposição. Mas este é o mérito que o Governo Federal tem: teve a coragem de descentralizar recursos, independente de siglas partidárias de governadores e prefeitos.

Bom, mas há uma quinta razão de perplexidade: lendo o jornal, telefonei para o Ministério da Fazenda, ao menos para me informar se se deve alguma coisa ao Ministério da Fazenda, ou o que está atrasado, porque, mesmo que o Governador tenha sido injusto com este seu velho companheiro de lutas, desde a época em que tínhamos cabelo, se estivesse faltando, iria tratar de cumprir a minha obrigação como Senador de Brasília. Mas, a informação que obtive do Ministério da Fazenda foi a de que os repasses para Brasília estão adiantados em trinta dias e que esse dinheiro repassado para Brasília com a finalidade de pagar saúde, educação e segurança tem sido aplicado no mercado financeiro pelo Governo do Distrito Federal, e, com os resultados dessa aplicação, o Governador tem conseguido realizar obras e campanhas publicitárias – faço um parêntese para dizer que são um pouco caras demais – que considera prioritárias. Portanto, sequer há o atraso da remessa de recursos. Não havendo o atraso, muito menos existiria qualquer interferência parlamentar minha, ou de qualquer membro da bancada de Brasília, no sentido de prejudicar esta cidade.

Quero registrar desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, a despeito dessas considerações, tomo-as como, no mínimo, injustas e, da forma como foram expressadas, também, indelicadas. Como o Governador de Brasília – que conheço há muitos anos – não é um homem injusto ou indelicado, prefiro pontuar e creditar isso a um momento de tensão maior que todo governante tem. E, virando essa página, declaro desta tribuna, repito, a única que tenho, que, independentemente do humor ou do estado emocional deste ou de qualquer outro Governador de Brasília, estarei sempre na minha posição de defender os interesses da unidade da Federação pela qual fui eleito. Portanto, goste ou não o Governador, vou continuar trazendo recursos para Brasília, porque essa é a minha obrigação, ainda que, quan-

do eu conseguir fazer repasses não previstos, isso não me seja creditado. Quando, por alguma razão, nesse diferencial de contas entre um governo e outro, ele entender que faltou algum repasse, mesmo que o Governo Federal entenda diferente, deve-se creditar isso a uma suposta ação menor, subterrânea da minha parte. Isso não é do meu feitio, Sr. Presidente. Eu não o faria. Se eu tivesse alguma discordância sobre esse ou aquele repasse, eu o faria publicamente. O que mais me deixa perplexo com essa situação é a informação que me dá o Ministério da Fazenda no sentido de que todos os recursos foram repassados. Não só foram repassados os recursos, como também o Governador de Brasília, usando esse dinheiro, já efetuou inclusive o pagamento dos servidores do Distrito Federal. Estou falando das áreas de educação, saúde e segurança pública. Nem estou falando do resto, dos mais de R\$300 milhões que foram levantados no Orçamento Geral da União e no BNDES para conclusão do sistema metroviário; dos mais de R\$150 milhões do Governo Federal que foram destinados às obras de água e esgoto nas cidades satélites de Brasília; dos mais de R\$60 milhões do FAT para treinamento de mão-de-obra. O Governo Federal nunca repassou tantos recursos para Brasília como nos últimos anos.

E aproveito ainda, Sr. Presidente, para lembrar ao Governador que a Bancada de Brasília, os oito Deputados e três Senadores, independentemente de partidos políticos, dão, pelo terceiro ano consecutivo, um exemplo bonito: abrimos mão das nossas emendas individuais, nenhum parlamentar de Brasília assinou qualquer emenda individual e acordamos em relação a dez emendas coletivas, discutidas com o Governador e com a sua equipe, para que o recurso que seja passado orçamentariamente para Brasília não seja pulverizado; ao contrário, que se priorizem ações e obras que ele julgue mais importantes.

Portanto, em nome da Bancada de Brasília e em meu nome pessoal, registro aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta minha perplexidade, que não chega sequer a ser uma contrariedade, porque penso que devemos relevar fatos passageiros como este. Mas é da minha obrigação, como Senador eleito pelo Distrito Federal, fazer o registro de que, da mesma forma que, desde o primeiro dia do meu mandato até hoje, trabalhei para trazer recursos para Brasília, independentemente de partidos políticos, ainda que isso desagrade a esta ou àquela corrente política, não desviarei de rumo, vou continuar trabalhando pelo interesse de Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coêlho) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estava ouvindo atentamente o pronunciamento do Senador Artur da Távola, e a ênfase que S. Ex^a dava à democracia nos faz agradecer a Deus o Brasil ter conseguido reconquistar a sua democracia depois de tantos anos de ditadura. Exatamente porque, na democracia, é possível a transparência; na democracia, é possível a interação entre os governantes e a sociedade, que, em última instância, é quem deve avaliar aquilo que está sendo praticado por seus governantes.

Exatamente neste momento o Brasil vive uma grande expectativa em relação à sua democracia – as ONGs, a comunidade científica e as pessoas de um modo geral que têm preocupações com a preservação do meio ambiente e particularmente do ecossistema mais rico deste País, que é a Floresta Amazônica. Durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os dados referentes ao desmatamento na Amazônia, que deveriam ser publicados pelo Inpe não o foram no tempo devido. Lamentavelmente, essas informações, tão importantes para que se tomem medidas enérgicas em relação a esse grave problema, estão sendo publicadas de forma atrasada na segunda-feira que vem, em São José dos Campos. Ali estarei presente para acompanhar a divulgação desses dados e espero, embora não queira ter ilusões, que a realidade não seja tão drástica como as que irei citar. Total de desmatamento por quilômetros quadrados durante Governo Collor era de 12.062; no Governo Itamar, esse índice sobe para 14.896 e no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, muito embora seja uma democracia, muito embora tenhamos as ONGs e a comunidade internacional atentas a essa problemática e a comunidade científica clamando por esses dados, tardiamente estão sendo publicados, mas que sejam bem-vindos, que o trabalho dos nossos cientistas, que o trabalho daqueles com meios para avaliar o dano causado pelas queimadas de desflorestamento da nossa camada vegetal na Amazônia, seja analisado democraticamente pela sociedade, que não se faça um discurso de que vamos fazer e acontecer apenas para diminuir o provável impacto no plano nacional e internacional, mas que a sociedade seja instada a dar a sua opinião.

Modesta e humildemente, se tiver algo a oferecer como sugestão, estarei de coração aberto para dizer aquilo que penso em relação às ações que de-

vam ser tomadas para pormos um fim a essa chaga perversa ao meio ambiente brasileiro. Com certeza aguardo que, pelo bem da nossa democracia, pela preservação do nosso meio ambiente, os dados publicados contem com a participação da sociedade tanto na sua análise, quanto na apresentação de sugestão.

Quando acontecem determinados fatos negativos, se acena com certas medidas muitas vezes meramente discursivas para diminuir o impacto. Nesse caso, não bastam medidas discursivas, não basta jogar para a platéia. É preciso fundamentalmente que se tomem medidas corretas, adequadas e com a participação da sociedade. Muitas alternativas já foram construídas para que o desmatamento não continue a ocorrer na Amazônia, conforme dados publicados ontem na **Folha de S.Paulo**. O Governo acabou sendo o algoz de si mesmo, porque os projetos de colonização muito colaboraram com o desmatamento. Os financiamentos da Sudam, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia patrocinaram o desmatamento no sul do Pará e em várias regiões da Amazônia. É claro que isso não ocorreu à época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, justiça seja feita. Aconteceu no decorrer da história do "desenvolvimento" da Amazônia.

Mas, neste momento, espera-se da nossa democracia e dos nossos governantes uma discussão à altura dos problemas que precisamos enfrentar. As experiências positivas que temos na Amazônia, inclusive muitas delas assimiladas pelo Governo, como o Programa Amazônia Solidária criado pelo Governo, precisam de recursos no orçamento para serem desenvolvidos. É fundamental, portanto, que comecem a acontecer devidamente para que os dados que teremos possam ser enfrentados à altura, não apenas na consequência, mas na causa, reorientando o processo produtivo na Amazônia, fazendo com que as Agências de Desenvolvimento da Amazônia financiem as atividades produtivas adequadas ao meio ambiente e não exatamente aquelas contrárias a sua preservação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Marina Silva, primeiramente, quero louvar a sua permanente preocupação com a Amazônia e perguntar um pouco mais a respeito desses dados de desmatamento da Amazônia. V. Ex^a menciona que, durante o período Collor, foram desmatados

cerca de 12 mil quilômetros quadrados por ano e, durante o Governo Itamar Franco, 14.896 quilômetros quadrados por ano, e anuncia que, na segunda-feira, o Presidente Fernando Henrique divulgará quanto tem sido, em média, o desmatamento, em quilômetros quadrados por ano, nos três primeiros anos do seu Governo. A primeira pergunta que formulo é a seguinte: na percepção de V. Ex^a, conhecedora que é do Acre e de toda a região amazônica, não só pelos dados que têm agora sido divulgados, mas também pelo seu conhecimento *in loco*, V. Ex^a acredita que tem havido uma aceleração do desmatamento? A segunda pergunta é: no que diz respeito a essas áreas onde ocorreu desmatamento, que cuidados houve para a recuperação das florestas? Ou seja, às vezes, o desmatamento se dá de uma maneira irrecuperável e até por aquilo que vem em lugar da floresta; em outras ocasiões, a floresta é capaz de retornar, de reflorescer, de recuperar-se, senão com aquela força original, de outras formas e, obviamente, com a possibilidade, ainda mais quando próxima a uma região florestal, de gradativamente voltar a ser uma floresta. Levarão muitos anos para que ela volte a ser como era, mas isso talvez seja possível. Então, pergunto a V. Ex^a, conhecedora que é da floresta amazônica: qual é a previsão de V. Ex^a sobre esses dados, mesmo sem o conhecimento até agora do que os radares e a nova forma de fotografia aérea, inclusive pelos satélites, poderiam transmitir? Avalio até que seja por isso que a descoberta desse desmatamento se dará em São José dos Campos, onde estão os instrumentos de recepção das informações dadas pelos satélites. Mas, na opinião de V. Ex^a, o que será divulgado pelo Governo em relação à matéria?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Primeiro, com relação à minha expectativa, se aumentou ou não o índice de desmatamento na Amazônia. Do ponto de vista da minha preocupação, é claro que eu gostaria imensamente que não houvesse aumento. Lamentavelmente, segundo dados que estão sendo levantados por algumas entidades, por algumas ONGs – inclusive a WWF tem estudos que o apresentam –, houve um aumento do desmatamento da floresta amazônica durante esses anos, e isso não foi divulgado. Estamos na expectativa em relação aos dados oficiais, até para que tenhamos uma posição correta sobre a dimensão do que vem acontecendo na floresta. O próprio Deputado Gilney Viana também tem apresentado dados à imprensa que dão conta desse aumento do índice de desmatamento na Amazônia.

No Estado do Amazonas não havia essa incidência tão forte de queimadas. Porém, este ano, o Amazonas sofreu os mesmos problemas que o meu Estado e o Estado de Rondônia, do Senador José Bianco, sofrem, ou seja, durante o período do verão, como chamamos, os aviões não têm condições de aterrissar nos aeroportos, em função da grande quantidade de fumaça que os encobre. Levando em conta só esse fato, em um Estado da dimensão do Amazonas, já podemos avaliar o quanto isso pode significar em relação ao aumento do índice da derrubada na Amazônia. Digo a V. Ex^a que é possível que haja dados negativos em relação a esse processo.

Quanto ao que está sendo feito em termos de reflorestamento, essa é uma pergunta bastante difícil de ser respondida, no sentido de que: primeiro, na Amazônia, falar-se em reflorestamento é muito difícil, porque a cobertura vegetal não tem como se recompor da sua forma natural pelo processo de reflorestamento. O que se pode fazer é enriquecer aquela área com algumas espécies raras de madeiras nobres, mas, mesmo assim, o ecossistema continuará inteiramente prejudicado. Em uma área em que houve derrubada, a retirada da cobertura natural vegetal, temos ali, na grande maioria das vezes, a incidência de uma única espécie, como no caso da imbaúba. Quem sobrevoa a região amazônica e conhece o local, quando vê uma clareira, sabe que ali só há uma única espécie vegetal, que, na maioria das vezes, é a imbaúba. A imbaúba não tem como desenvolver uma variedade de espécies de animais, insetos, pássaros, enfim, do que o ecossistema natural é capaz de assegurar à sua sobrevivência. Além do mais, do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos naturais, há um empobrecimento muito grande.

Alguns cientistas dizem que a floresta amazônica é senil, porque se alimenta de si mesma; com a derrubada dos seus galhos, com o apodrecimento das suas folhas e com a morte dos animais, fertiliza mais ou menos 30cm da terra e, com isso, recebe o próprio alimento. Tanto que a maioria das raízes da floresta amazônica são horizontais. Não existem raízes profundas exatamente porque elas não têm o que tirar da profundidade, mas sim o que captar, em termos de nutrientes, a partir de 30cm, no máximo, que é o que ela produz. Isso demonstra o quanto o adubo dos galhos que caem é orgânico, como mencionei.

Ao ser retirada essa cobertura vegetal em uma grande quantidade, as chuvas carregam esses nutrientes para o leito dos rios e, nesse caso, temos

um solo extremamente empobrecido, onde só há espaço para a embaúba, o sapé e outras espécies de menos valor em termos de ecossistema. Até hoje não sabemos como recuperar a floresta, como disse, em função desses problemas.

Os programas de reflorestamento existem; há preocupação nesse sentido por parte do Ministério do Meio Ambiente; há alguns programas que são levados a cabo, e muitos deles sequer são implementados como deveriam, porque, muitas vezes, os recursos são tomados mediante os programas que o Governo oferece, mas o trabalho efetivo, na hora de ser encaminhado, não é feito como está no papel ou como é apresentado para as autoridades governamentais. Temos problemas de fiscalização e controle; temos problemas de acompanhamento e, em função disso, esses programas não têm a eficácia que deveriam ter, pelo menos em relação àquilo que é possível fazer. Na maioria das vezes, temos muitas dúvidas em relação a essas propostas de tirar da floresta para depois recuperá-la, em termos de programa de reflorestamento.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que a expectativa que temos em relação aos dados que serão apresentados para o Brasil e para o mundo sobre o desmatamento na Amazônia, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é no sentido de que haja um tratamento também adequado para o problema que vamos enfrentar, que é o da discussão com os setores interessados em debater a questão. Que o Governo não adote medidas para diminuir o impacto da informação, mas que busque efetivamente, sinceramente resolver ou ajudar a resolver o problema. Eu estaria sendo irresponsável se dissesse que o tempo que resta ao Presidente Fernando Henrique é o suficiente para resolver a questão; não, mas ele pode dar um grande passo nesse sentido.

Em relação à Amazônia, evoco o pensamento do meu Santo predileto, São Francisco de Assis: "Não adianta caminhar para pregar, a menos que a nossa caminhada seja a nossa pregação". É isso o que precisa ser feito na Amazônia. Ao invés de apenas falarmos, devemos ajustar as nossas palavras ao que fazemos efetivamente, para que os resultados comecem a aparecer.

As atividades que hoje fazem parte dos programas do próprio Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria da Amazônia Legal e de todos os órgãos do Governo, que apontam para a idéia do desenvolvimento sustentável na Amazônia, devem ser encami-

nhadas numa parceria com os governos locais para que sejam efetivamente capazes de frear o processo de devastação que hoje ocorre naquela região.

Quando falo em envolvimento dos governos locais é porque o Governo Federal tem que saber claramente que ele aponta um rumo, mas a maior oposição que ele sofre dentro da Amazônia vem da sua própria base de sustentação, que identifica as ações de desenvolvimento sustentável, que identifica as ações de preocupação em compatibilizar crescimento econômico e preservação do meio ambiente como algo que fosse contrário aos interesses da região. Ao contrário, essas ações são a salvação da nossa região. Todos sabem que não temos como competir com o Sudeste e o Sul do País em termos de produção de grãos, mas podemos fazê-lo na produção de frutas exóticas. Não sei se os Estados do Mato Grosso, Bahia, São Paulo e Minas Gerais podem produzir o nosso abail, o nosso bacuri, o nosso jatobá, e outras frutas tais como a pupunha – essa, aliás, já está sendo produzida em outros Estados. A Amazônia não tem utilizado o seu potencial de produção de frutas exóticas, o que poderia viabilizar econômica e socialmente a região, sem que seja preciso devastar a sua floresta.

Recebi muito carinhosamente da Dr^a Maria Amélia Sazaki, do Programa Comunidade Solidária, uma lembrança de natal: um colar feito com marfim vegetal, extraído de uma planta da Amazônia, que chamamos de jarina. Trata-se de um belíssimo marfim semelhante ao da presa do elefante. Eu inclusive disse a Dr^a Maria Amélia Sazaki que precisava do certificado desse colar, para que as pessoas não pensassem que eu estava usando um colar de presa de elefante. Esse material é hoje o quarto produto de exportação do Equador para a Itália. Os italianos compram botões, colares, brincos. Temos isso em abundância em várias regiões da Amazônia, mas não somos capazes de utilizar esse nosso potencial, que geraria empregos e conseguiria processar a nossa matéria-prima. O Governo dispensa em incentivos fiscais quase R\$5 bilhões para a Zona Franca de Manaus, que não processa e não utiliza a matéria-prima local. Com um pouco mais de inteligência e recursos, poderíamos incentivar atividades produtivas no campo da agroindústria, processando nossa matéria-prima, incorporando mão-de-obra local, gerando empregos e tributos para que os nossos Governadores possam tornar-se independentes da política do pires na mão e de estarem sempre em Brasília, pedindo ao Governo Federal recursos para implementação dos seus mais diferentes programas na área social.

Se conseguirmos, na Amazônia, viver com recursos próprios e preservar a natureza, estaremos dando as respostas adequadas ao grande problema do devastamento e de derrubada das nossas florestas. São inúmeras as possibilidades, são grandes os desafios. Precisamos de recursos, mão-de-obra qualificada, investimento em pesquisa. Temos várias instituições de pesquisa como o Inpi, como a Universidade de Brasília, como o Museu Goeldi, como as Universidades do Amazonas e do Pará, e outras. O Governo precisa, de forma sincera, democrática e solidária, sentar-se com esses segmentos e traçar uma política que não seja apenas para diminuir o impacto de algumas tragédias. No Brasil, vivemos de diminuir impacto: assassina-se Chico Mendes, a seguir criam-se as reservas extrativistas; acontece a chacina dos lanomâmis, toma-se outra medida; há a chacina em Corumbiara, depois cria-se o Ministério Extraordinário da Política Fundiária. É preciso que se pare de agir somente para diminuir o impacto das desgraças e se comece a criar atividades que as evitem. Sinceramente é isso que espero do sociólogo e Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando examinar os dados. Estarei lá, humildemente. Vou acompanhar e, em nenhum momento, me negarei a buscar soluções. Acredito que a sociedade brasileira, a comunidade científica e as ONGs também não o farão. Todos estaremos prontos a oferecer sugestões para que possamos enfrentar, do ponto de vista das estruturas, e não apenas das aparências, o problema da preservação da Floresta Amazônica.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Lúdio Coelho, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Com a palavra o Senador Edison Lobão, último orador inscrito na manhã de hoje. S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sucedo a eminente Senadora Marina Silva na tribuna e coincidentemente venho tratar do mesmo tema.

Pela terceira vez vou abordar o gravíssimo problema dos riscos que ameaçam as nossas florestas, um assunto que tem suscitado debates nesta Casa, como aconteceu hoje e também no último dia 19, através do pronunciamento, como sempre brilhante, do eminente Senador Jefferson Péres.

A devastação florestal é uma preocupação mundial.. Organismos internacionais oficiais e não oficiais, desde há alguns anos, devotam-se ao estudo desse problema. Se cada incêndio florestal, intencional ou não, significa uma tragédia para o ecossistema, a derrubada comercial de milhares de metros cúbicos de árvores, sem os projetos de manejo a seguradores da renovação – traduz-se como um crime que se perpetra contra o País hospedeiro e contra a humanidade.

A pior desgraça que envolve nossas matas fechadas não são os incêndios. Antes e acima deles, está a busca das madeiras nobres, a exploração desenfreada que, por uma única árvore de valor econômico apreciável, depreda as que a circundam. Além de sua importância no complexo da biodiversidade, ignora-se – por falta de informação e fiscalização – o valor inestimável das plantas abundantes que guardam em seu genes o segredo de poderosos remédios em uso ou a serem ainda descobertos, ou guardam fibras, combustíveis e uma infinidade de outras essências que já ajudam ou ainda socorrerão a Humanidade.

Os atuais projetos de manejo são uma necessidade, mas talvez uma vã ilusão, pois, primeiro, há de se saber como é idealizado tal manejo, em que bases técnicas e científicas foi elaborado, e de que forma é processado pelos países que querem defender suas matas virgens.

Na opinião do famoso biólogo norte-americano Edward Wilson – a quem já me referi em discurso que proferi desta tribuna a 17 de outubro do ano passado –, os atuais projetos de manejo não têm conseguido preservar as florestas.

Não é preciso citar o biólogo para sabermos disso. No que toca ao Brasil, basta sobrevoarmos o País para visualizar os enormes claros, denunciadores da destruição de matas jamais renovadas!

Mas, citando Edward Wilson, disse ele em trecho de entrevista à revista *Veja*, a 17 de setembro de 1997, que, até agora, fracassaram "quase todos os processos de recomposição artificial das florestas tropicais..."

... as matas tropicais estão sendo danificadas de forma tão indecente que mesmo as mais modernas tecnologias de reflorestamento não poderão trazê-las de volta à vida..."

"Gastamos o patrimônio natural sem que ele possa ser repostado com a mesma intensidade."

desenvolvimento de árvores menores. Por isso, não tem sentido falar-se em reflorestamento na Amazônia. No solo da mata existem milhões de sementes que se recuperam naturalmente. O caminho, sem dúvida alguma, é o de evitar incêndios a qualquer custo, porque o que mais danifica a floresta não é a retirada de toras, mas, sim, os incêndios. Agradeço a paciência de V. Exª em ouvir-me.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Tenho sempre muita alegria e um prazer imenso em ouvir V. Exª, que sempre nos traz os seus conhecimentos práticos e teóricos. Aliás, tenho certeza que V. Exª, que é um dos grandes pecuaristas deste País, em Mato Grosso, opera com os cuidados exigidos pelo meio ambiente, cuidando dos interesses daquela região importante do Brasil.

Na verdade, Senador Lúdio Coelho, é indispensável uma legislação própria e capaz de resolver tais problemas nacionais. Aliás, o Senador Geraldo Melo está elaborando um anteprojeto nessa direção. S. Exª está na fase de coleta de sugestões e informações de técnicos e especialistas a respeito dessa questão. É interessante a iniciativa de S. Exª. É claro que não se pode resolver um problema dessa magnitude apenas com a lei – mas a lei é indispensável para que, pelo menos, se comece a tomar conhecimento e providências nessa direção.

Sr. Presidente, prosseguirei com o meu discurso e peço a V. Exª que tenha um pouco de tolerância. Não vou me alongar muito, apenas quero concluir o que eu dizia a respeito do último requerimento de informações que encaminhei ao Ministério do Meio Ambiente.

Com o assessoramento de consultores especializados do Senado, indaguei sobre critérios técnicos adotados para a exploração da Floresta do Tapajós, sobre a estimativa do volume máximo de madeira a ser explorado por ano, na área licitada. Pedi a relação dos três grupos de espécies madeireiras a serem exploradas; se será permitida a exploração de outros produtos florestais de importância econômica para as comunidades locais. Perguntei se a pretendida exploração manearia respeitará os critérios de sustentabilidade, e se foi elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – o plano de manejo da Floresta do Tapajós. Desejei também saber de como se dará o controle e a fiscalização sobre essa exploração. E, entre outros pedidos de esclarecimentos, igualmente pedi a relação das empresas que já adquiriram o edital de licitação e se existe previsão de licitação de outras florestas nacionais da Região Amazônica.

Anexo a este discurso a resposta do Ministério. Tudo indica que cuidados especiais foram adotados para a exploração da Floresta Nacional de Tapajós, e esperamos que os critérios estabelecidos sejam os corretos. Em especial, os que se referem ao controle e à fiscalização da exploração concedida.

Minha preocupação maior, além da que se aprofunda quanto aos riscos da devastação em torno de nossas matas virgens, reside na reduzida vocação fiscalizadora brasileira. Tenho dúvidas em relação à eficiência da fiscalização sobre o que fazem as madeireiras em nossas florestas, menos pela dedicação dos que exercem tal incumbência que pela atual carência de condições para que possam efetivá-las de modo cabal e completo.

A verdade é que é deveras reduzido o controle sobre a exploração dos recursos naturais, e os planos de manejo florestal têm sido até aqui burlados.

Ainda agora, na sua edição de 19 do corrente mês, **O Estado de S. Paulo** publicou reportagem sob o título "Madeireiras asiáticas expandem ação no Amazonas", na qual se afirma que essas madeireiras já são proprietárias de 81% das terras situadas em locais privilegiados pelas espécies nobres no sul e no sudeste do Amazonas – Jurua, Purus e Madeira. Empresas asiáticas têm sido até beneficiadas com a doação de ampla área pública pela Prefeitura de Itacoatiara, em torno de cujo processo se levantam suspeitas. As empresas asiáticas na região estão criando a expectativa de elevarem o consumo de madeira de 700 mil para 2 milhões de metros cúbicos por ano.

Dessa reportagem, que merece a atenção dos nossos governantes, vou-me restringir a um trecho das declarações atribuídas ao Superintendente do Ibama no Amazonas, Sr. Hamilton Casara. Registra a reportagem:

"Casara afirma que essas empresas tentaram apresentar planos de manejo irregulares e, ao mesmo tempo, assegurar que respeitariam a legislação ambiental. Mas, na prática, nenhuma modificou a forma de explorar madeira. O desperdício nos pátios, conforme Casara, chega a 55% da produção."

Veja, Senadora Marina Silva, que as empresas asiáticas promovem um desperdício de 55% da madeira que recolhem no campo.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, confirma-se, nessa informação, tudo quanto venho falando sobre os riscos da presença, na Amazônia, dessas empresas, que, devastando as florestas dos seus países, vêm agora até nós talvez estimulados

pela deficiência da nossa fiscalização. Ora, se não poupamos os recursos florestais dos seus próprios países, não vão custear a renovação dos nossos.

Acredito sinceramente que o Governo de nosso país, que vai sendo conduzido com tanta correção e eficiência, devia atentar seriamente para essas deficiências de órgão tão importante quanto o Ibama, oferecendo-lhe, em caráter até mesmo emergencial, as condições para bem desempenhar o que deve ser a sua missão.

O Governo que apoiamos precisa ouvir as ponderações dos que, mais de perto, testemunham os problemas amazônicos e têm a sensibilidade e a experiência para apontar as soluções mais adequadas ao interesse público. Providências e soluções que não podem mais tardar, sob pena de sofrer o Brasil prejuízos consideráveis e irreversíveis em seus recursos naturais, com terríveis consequências para o meio ambiente.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo a V. Ex^a, Senador Artur da Távola, e ao Senador Lauro Campos, para que se juntem a nós na luta em benefício da preservação de nossas florestas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO/ASPAR/PRESI/Nº 346/97

Brasília, 12 de dezembro de 1997

A Sua Senhoria o Senhor

Doutor Célio França

Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério do
Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Brasília – DF

Senhor Chefe,

Para subsidiar o Sr. Ministro do Meio Ambiente em sua resposta ao RI nº 556/97, do ilustre Senador Edison Lobão, passo às mãos de V. S^a as informações que nos foram prestadas, sobre o assunto, pela Divisão de Florestas Nacionais – DIFLONA, deste órgão:

a) a cópia do edital de licitação, cujo extrato foi publicado no *Diário Oficial da União* de 4 de agosto de 1997;

R – Cópia do edital em anexo.

b) os critérios técnicos que levaram à escolha da Floresta Nacional do Tapajós como a primeira a ser licitada;

R – A Floresta Nacional de Tapajós – PA tem área de 600.000ha, está localizada no Município de Belterra – PA.

O projeto de manejo florestal para a produção sustentada de madeira, financiado pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), no montante de US\$1.513.147,00 (um milhão quinhentos e treze mil cento e quarenta e sete dólares).

Este experimento visa testar em escala industrial com a participação do setor industrial, produtos madeireiros, gerando empregos diretos e indiretos, com os objetivos de: produzir continuamente; demonstrar a viabilidade econômica (otimizando rendimentos), ecológica e social do manejo florestal para produção.

A área foi inventariada, a 100%, ou seja todas as árvores serão plotadas em mapas.

O plano de manejo está seguido na proposição do edital de licitação.

A área de manejo tem o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental avaliado e apreciado em audiência pública.

A Floresta Nacional tem Plano Diretor aprovado pelo Ibama.

Portanto, todos os estudos técnicos foram efetuados, estando acordados com a legislação federal.

A importância de um plano de manejo é a produção constante das espécies florestais da área e a minimização dos impactos ambientais causados pela exploração florestal. O fator determinante para a realização deste plano de manejo, acerca da viabilidade técnica e econômica do mesmo, são as exigências do mercado internacional para que toda madeira proceda de áreas sob manejo sustentável.

c) a exata dimensão e localização da área a ser licitada;

R – O projeto está direcionado para uma área de 5.000ha subdividida em quadras de 1.000ha, dentro da área dos 136.000ha, previamente selecionada para produção sustentada de madeira. Localiza-se, conforme as coordenadas em anexo, conjuntamente com a carta geográfica.

d) o potencial madeireiro da área a ser licitada;

R – O volume total de madeira para exploração, com diâmetro maior que 45cm é de 88.077,16m³ em toda a área do projeto.

O volume autorizado para corte é de 45m³ por hectare.

e) o volume máximo de madeira a ser explorado por ano, na área licitada;

R – Para efeito do edital de licitação, foram levantados em campo, os preços mínimos executados na região, para as espécies comerciais encontradas na área do projeto, de acordo com o Plano de Manejo Florestal.

Foi realizada a divisão em três grupos de espécies por preço, considerando os valores médios dos metros cúbicos Francon, abaixo discriminados:

Grupo 1: Freijó-branco, Louro-amarelo, Louro-vermelho, Sucupira-preta, Cumarú, Aroeira, Pau-d'arco amarelo, Pau d'arco roxo, Sucupira-amarela, Cedro e Freijó cinza.

Grupo 2: Andiroba, Angelim da Mata, Angelim Rajado, Cedrorana, Jutai, Jutai-açu, Jutai-mirim, Jutai-pororoca, Maparajuba, Marupá, Tatajuba, Piquiá e Maçaranduba.

Grupo 3: Jacareúba, Jarana, Piquiarana, Quaruba-verdadeira, Morotóto Quarubarana, Abiuranas, Tauarís, Favas, Taxís e outras.

f) a relação dos três grupos de espécies de madeiras a serem exploradas;

R – Os preços mínimos avaliados por m³ de toras cubadas pelo método Francon, independentemente de suas classes de qualidade, por grupo de espécies, são os seguintes:

a) Grupo 1: R\$10,00 (dez reais);

b) Grupo 2: R\$6,00 (seis reais);

c) Grupo 3: R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos).

g) qual o valor de avaliação do metro Francon para cada um dos três grupos de espécies a serem exploradas;

R – A venda da madeira, pelo Ibama, se refere ao valor da madeira em pé na floresta, para exploração. Quanto à agregação

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Exª, com todo prazer.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Parabênizos V. Exª pelo pronunciamento e por dividir com tantos outros e comigo a preocupação com a nossa Floresta Amazônica. V. Exª está falando dos planos de manejo. Existe um estudo, que está sendo publicado, segundo o qual algumas árvores na Amazônia têm vida de até 700 anos, ao invés de apenas 70 ou 100, como é o caso do cumaru-ferro, tão conhecido por nós. Ora, se uma árvore precisa de 700 anos para atingir seu porte, como provaremos, cientificamente, que um plano de manejo pode dar certo? Os estudos que temos podem, no máximo, ter 30 anos de experiência e, se estudar espécies com um período de vida de 70 ou 100 anos já era complicado, imaginem no caso daquelas com longevidade maior. A maçaranduba é outro caso semelhante. Existem várias árvores tão densas, que às vezes temos a impressão de estar tocando num pedaço de ferro, como é o caso do próprio cumaru-ferro. Os planos de manejo ainda são experiências para as quais os nossos cientistas e pesquisadores, com muito empenho, tentam dar respostas, mas precisamos ter cautela. Não podemos nos fechar a elas, claro, mas também não podemos ser irresponsáveis e achar que essas experiências, de maneira generalizada, responderão às nossas expectativas. Esses planos ainda não estão comprovados na realidade, são apenas especulação ou um desejo nosso de que dêem certo. E, com certeza, a cobertura vegetal que pode ser feita em substituição à floresta será incomparavelmente inferior àquela criada pela natureza. Sabe-se Deus como, com todas as dificuldades daquele solo, aquela floresta surgiu! Mas ela surgiu como um milagre e não podemos fazê-la desaparecer como um castigo, e, pior que isso, um castigo que nós mesmos nos auto-aplicamos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senadora Marina Silva, tenho abordado seguidamente este assunto, mas considero V. Exª uma madrugadora na luta pela preservação das nossas florestas e uma conhecedora profunda do assunto. Em verdade, uma árvore com 700 anos é quase uma relíquia, um patrimônio que deveria ser indisponível. Mas não, a mão daninha, devastadora e criminosa do homem retira aquela árvore, planta ou não outra, e diz que cumpriu o seu dever.

Tive a curiosidade de pesquisar como se procede na França e na Alemanha em relação a isso, e fui ao interior desses países para examinar a técnica

de manejo utilizada ali. Vi algumas florestas de eucalipto e de outras espécies de pequeno curso de vida em que eles retiram tecnicamente uma árvore e colocam, prontamente, outra no lugar, da maneira mais científica, com os maiores cuidados possíveis. Assim, encontramos florestas perfeitamente mantidas, mas não são formações com árvores como essas que V. Exª menciona.

A meu ver, V. Exª, o Senador Suplicy e todos nós temos que fazer uma barreira contra essa devastação criminosa a que estamos assistindo neste País, todos os dias. Ou fazemos isso conjuntamente, sem ideologia, sem **parti pris**, sem má vontade, com vistas ao interesse nacional, ou não vamos conseguir eco suficiente para barrar aqueles que, hoje, vêm da Ásia para liquidar com este patrimônio inestimável que possui o Brasil.

Creio que esta é uma tarefa não de V. Exª apenas, não minha, mas de todos, neste momento. É fundamental que se faça isso. Isso não quer dizer parar a agricultura no Brasil, a pecuária, impedir que elas se desenvolvam. Não! Isso significa cuidados especiais para que as nossas florestas não sofram tanto quanto estão sofrendo hoje.

Sr. Presidente, ressalta o biólogo ao qual me referi que os governos, a exemplo do que ocorre na Indonésia, deviam exigir pudesse a mata ser economicamente utilizada só "depois de mapeada, polegada por polegada, num processo meticuloso em que cada árvore de valor científico e ambiental é identificada. A atividade madeireira só pode ser exercida nas bordas da cobertura vegetal, de modo que não haja um impacto imediato muito grande e, a longo prazo, a mata possa se recompor naturalmente..."

No meu discurso anterior, registrei igualmente as observações de Edward Wilson, professor de Harvard, sobre a Amazônia, renovando as informações que já são do nosso conhecimento, isto é, que "as florestas de clima são exuberantes apenas na aparência", formando os chamados "desertos úmidos". São uma vasta e complexa cobertura vegetal fincada num solo arenoso fertilizado apenas por uma delgada capa de material orgânico. Sendo o mais frágil de todos os ecossistemas, o "deserto úmido" – e agora digo eu – não se presta para outros fins senão o de manter a exuberância das suas florestas, a serem exploradas de modo racional e inteligente.

Vê-se que a situação florestal, no Brasil e em outros países de flora devastada, é infelizmente muito grave.

Se os estudos do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), alavancados no período que vai de

1994, divulgados a 08 de outubro de 1997, apontam o Brasil como o país que mais perde florestas a cada ano, demonstram, por outro lado, que se localiza na Ásia o pior cenário de devastação florestal. A região perdeu 88% de sua cobertura original (31,76 milhões de quilômetros quadrados de florestas) e só 5% do que restou estão legalmente protegidos.

Pois bem, as madeireiras asiáticas, depois de exterminarem suas florestas, chegaram ao Brasil, e ingênuos serão os que acreditam que essas empresas, com o seu passado carregado de interrogações, terão **know how** para cumprir projetos de manejo que devolvam às nossas matas as madeiras-de-lei que destinarão à exportação.

A 5 de maio do ano passado, recebi do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal resposta a um requerimento de informações sobre a invasão das madeireiras asiáticas na Amazônia, que formulara cinco meses antes. Fiquei perplexo com as informações contidas nesse documento. Primeiro, pelo fato de não existir, no cadastro nacional do Incra, qualquer registro sobre a compra de terras por empresas estrangeiras. Segundo, porque para o Ibama do Estado do Amazonas apenas "consta", por informações levantadas pelo órgão, "que a empresa WTK solicitou registro para plano de manejo no total de 205 mil hectares."

Cita o documento do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a seguir, a relação das empresas sob controle de grupos asiáticos que, "do conhecimento do Ibama", estariam atuando na região. E, entre outras considerações, esclarece que "O Ibama não tem, em suas atribuições institucionais, o poder para atuar ou limitar, por qualquer meio, aquisição de arrendamento de imóvel rural em território nacional. Suprimento de matéria-prima por terceiros é permitido pela legislação vigente e os contratos apresentados, analisados e aceitos pelo Ibama cumprem as exigências legais."

Com isso, o Ibama está dizendo que não tem meios para evitar a presença dos estrangeiros que devastam as nossas florestas.

Veja-se que o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – não tem competência legal para avaliar e impedir a exploração predatória de um dos nossos principais recursos naturais renováveis. Toma conhecimento de fatos graves através, provavelmente, da imprensa, faltando-lhe condições, como notoriamente é sabido, para fiscalizar madeireiras estrangeiras que se infiltram no coração das florestas brasileiras!

Através de novo requerimento de informações, já no final de 1997, aprovado pela Mesa Diretora em 21 de agosto passado, e, a 28 do mesmo mês, enviado ao Ministério do Meio Ambiente, voltei a registrar minhas preocupações em relação ao processo de licitação para exploração da madeira da Floresta Nacional de Tapajós, a primeira floresta de propriedade pública na Amazônia a ser explorada pela iniciativa privada.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Exª, eminente Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Nobre Senador Edison Lobão, V. Exª e a Senadora Marina Silva conhecem a fundo os problemas da Região Amazônica. Mas avalio que a falta de rentabilidade na exploração pecuária diminui enormemente as derrubadas na mata para efeito de formação de pastagem. A avaliação que faço sobre a depredação da Amazônia não é tanto pela retirada de toras, mas pelas queimadas, provocadas pelo fogo que, acidental ou propositalmente, é colocado na região. Em uma região extensa como aquela, onde há um período prolongado de seca, podem ocorrer incêndios que queimam por meses. Às vezes, até a própria natureza os provoca por intermédios de raios. Nobre Senador, acredito que seria necessária uma legislação eficaz contra o fogo para qualquer finalidade. Sei que isso atrapalharia o preparo da terra para o plantio, mas, às vezes, as pessoas põem fogo para a preparação do solo e acabam perdendo o controle. A Região Amazônica, além de ser muito quente, é constituída, em grande parte, de madeira-branca. Portanto, nobre Senador, tenho refletido muito a esse respeito. Lembro-me que, quando dos grandes projetos agropecuários para a Amazônia, manifestei-me contrariamente àquele procedimento. Afirmava que, ao formarmos núcleos de criação de pastagem disseminados pela Amazônia, provocaríamos incêndios de proporções incalculáveis. Mesmo aqui no Centro-Oeste brasileiro, com florestas menos consistentes do que as da Amazônia, já tivemos oportunidade de ver incêndios que duraram meses a fio. Por isso, Senador Edison Lobão, faz-se necessário uma legislação eficiente e eficaz com o sentido de diminuirmos, a níveis muito pequenos, os incêndios, sejam eles acidentais ou não. Talvez fosse esse o caminho. Por outro lado, com relação à retirada da madeira, sei que as florestas têm grande poder de recuperação. Ao se retirar uma árvore adulta, possibilita-se a entrada de luz e claridade, viabilizando, assim o

dos valores, será feita pela empresa vencedora da licitação que irá agregar ao produto final o valor da exploração, transporte e beneficiamento.

h) se haverá algum tipo de agregação de valor aos produtos madeireiros explorados;

l) se será permitida a exploração de outros produtos florestais de importância econômica para as comunidades locais;

R – Dentro do projeto de manejo industrial, o Anexo I – Projeto Básico de Exploração de Madeiras Oriundas do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós para a Produção Sustentada de Madeira Industrial – do Edital de Licitação às páginas 40 e 41, estipula que a contratada deverá se comprometer a cumprir os acordos a serem estabelecidos ou existentes entre o Ibama e as diversas comunidades da Flona do Tapajós, podendo as comunidades realizar a exploração de produtos não-madeireiros na área de manejo industrial, desde que não interfiram nos trabalhos de exploração contratados.

O Ibama tem acordo com o PPG-7 para que seja executado o manejo comunitário na Floresta Nacional do Tapajós, em outra área dentro desta unidade.

l) como a exploração respeitará os critérios de sustentabilidade;

l) se foi elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, plano de manejo da Floresta do Tapajós;

R – Itens j (j) e (l). A exploração madeireira nesta área do projeto ITTO, está embasada no Plano de Manejo Florestal Sustentado financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, sob Coordenação do Prof. Dr. Joésio D. P. Siqueira.

m) como se dará o controle e a fiscalização sobre essa exploração;

R – Quando a empresa vencedora da licitação for realizar a exploração, o Ibama atuará com equipe coordenada por consultor especialmente contratado pelo projeto ITTO, para acompanhar as atividades da empresa vencedora.

n) se haverá consultoria independente que acompanhará, junto ao Ibama, a exploração da área licitada;

R – O Ibama, através de convênio com a Universidade do Pará, Embrapa/CPATU, realizará as pesquisas e o monitoramento da exploração.

o) a relação das empresas que já adquiriram o edital de licitação;

R – a relação das empresas que compraram o edital segue abaixo discriminada:

1. AIMEX ASSOC. DOS EXP. DE MAD. DO PARÁ;
2. FLORESTAL RH LTDA.;
3. FASE – FED. ÓRGÃOS ASSIST. SOCIAL EDUCACIONAL;
4. ASSOC. CIVIL GREENPEACE;
5. MICHAEL MAIER KELLER;
6. INDÚSTRIAS REUNIDAS MARARÚ LTDA.;
7. CEMEX – COMERCIAL MADEIRAS EXPORTAÇÃO S/A;
8. THEODOR NAGEL DO BRASIL MADEIRAS LTDA.;
9. MADEIRA – MADEIREIRA SANTARÉM LTDA.

p) se existe previsão de licitação de outras Florestas Nacionais da região amazônica;

R – Para que haja exploração florestal nas Florestas Nacionais, as Unidades têm que ter plano de manejo florestal aprovado, portanto, todas as Florestas Nacionais que já tenham concluído todos os estudos que a legislação impõe, estão passíveis de ser exploradas comercialmente.

Coloco esta Assessoria à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente, – Anna Lopes, Assessora Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Júlio Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Ocupo hoje a tribuna desta Casa para congratular-me com a Srª Rosanna Romano Lulo, ganhadora de uma Ferrari 355 no valor de 350 mil reais, em um sorteio promovido pelo shopping Eldorado em São Paulo, no final do mês de dezembro.

Pode até parecer estranho, e mesmo sem qualquer relevância, um Senador ocupar o tempo de uma sessão apenas para parabenizar alguém que ganhou um cobiçado prêmio em um sorteio, quando as atenções deveriam estar voltadas para questões mais sérias ou para os graves problemas sociais e econômicos que vivemos em nosso País.

Todavia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o caso da Srª Rosanna Romano Lulo é uma exceção e é um exemplo para todos nós. O seu prêmio foi destinado integralmente para fortalecer o desenvolvimento de um projeto beneficente que ela e o seu marido realizam com muita esperança, com dedicação e com muito sacrifício no Estado de Mato Grosso.

Assim, por vontade própria da Srª Rosanna Lulo, a Ferrari será vendida, e o dinheiro da venda, até o último centavo, ajudará a entidade que dirige a alfabetizar crianças carentes em um País onde o drama do analfabetismo e da infância exibe um quadro de vergonha, de dor, de tristeza e de revolta. Segundo o próprio Ministério da Educação, 12% das crianças brasileiras estão fora da escola.

O descaso social é um dos crimes mais cruéis e mais bárbaros contra a pessoa humana. Entretanto, esse descaso desenvolve-se de maneira assombrosa e chocante no Brasil e no restante da América Latina. Em nosso continente, as crianças são forçadas a trabalhar como escravas, são empurradas para a prostituição, para o crime, para as drogas, para a promiscuidade e para o abandono. Milhões perambulam pelas ruas cheirando acintosamente "cola de sapateiro"; fumando "crack" e ficando loucas sob o efeito devastador da "merla", sob os olhares indiferentes dos passantes. Na verdade, poucos se comovem com a tragédia das crianças sem rumo, sem família e sem amparo que freqüentemente são trucidadas covardemente nas madrugadas frias das

grandes cidades, debaixo das marquises e dos viadutos infectos, pelas balas assassinas dos chamados "sindicatos do crime organizado". Não faz muito tempo, escandalizamos o mundo com o "massacre da Candelária" e mais uma vez, recentemente, repetimos a dose com outra execução juvenil em grupo acontecida também numa madrugada, no Rio de Janeiro. Aliás, todos os dias mostramos ao mundo que tratamos mal as nossas crianças e que a nossa política mais eficaz para tirá-las das ruas, dos semáforos, dos viadutos e das marquises é o gatilho do revólver".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, está na hora de chamarmos a atenção de toda a sociedade, de iniciarmos uma cruzada sem trégua contra essas barbaridades que acontecem cotidianamente no Brasil contra as nossas crianças. Precisamos acabar de vez com a impunidade e castigar severamente os monstros assassinos que trucidam friamente crianças indefesas. Aqui mesmo, na cidade de Brasília, a apenas 50 quilômetros do Palácio do Planalto e da Praça do Três Poderes, em um terreno ermo do cerrado, um desgraçado trucidou uma criancinha de apenas 6 anos, filha única de um casal simples de vida honesta, depois de estuprá-la friamente e violentamente, às 17 horas de uma tarde trágica e chuvosa.

Por todos esses motivos, por todas essas desgraças que infelizmente ainda carregamos em nossa sociedade, por todo o descaso e por toda a impunidade que predominam no Brasil, o gesto praticado pela Sr^a Rosanna Romano Lulo, ao ganhar uma Ferrari de 335 mil reais em um sorteio e destinar todo o prêmio a uma entidade para salvar algumas centenas de crianças do "holocausto", merece muito mais do que um simples pronunciamento no plenário desta Casa. A Sr^a Rosanna, quando ofertou o seu carro, nos deu também uma grande lição de vida. Mostrou que, se todos nós dermos um pouco do que temos para ajudar o próximo, talvez consigamos juntos, muito mais rápido do que imaginamos, acabar de vez com o sofrimento de nossas crianças.

Finalizo o meu pronunciamento dizendo à Sr^a Rosanna Romano Lulo que o seu gesto de humanidade e solidariedade é um exemplo para todos os brasileiros que ainda acreditam no fim das injustiças sociais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h50min.)

(OS 10526/98)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

23-1-98

Sexta-feira

09:00 – Sessão não deliberativa do Senado Federal

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada em quinze de janeiro de 1998, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia quinze de janeiro de mil-novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Bello Parga e com a presença dos Senadores Francelino Pereira, Ney Suassuna, Osmar Dias, Vilson Kleinübing, José Eduardo Dutra, Lúcio Alcântara, Waldeck Omelas, José Roberto Arruda, Levy Dias, Lauro Campos, Elcio Alvares, Jonas Pinheiro, Gerson Camata, Regina Assumpção, José Agripino, Joel de Hollanda, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, João Rocha, Freitas Neto e Sérgio Machado. Deixam de comparecer os Senadores Gilberto Miranda, Gilvan Borges, Fernando Bezerra, Carlos Bezerra, Ramez Tebet, José Fogaça, Coutinho Jorge, Jefferson Peres, José Serra, Ademir Andrade e José Eduardo Vieira. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida inicia-se a apreciação das seguintes Matérias: **Ofício "S" Nº 07, de 1998**, "Solicitação da Prefeitura Municipal de Sobral para contratar operação de crédito junto à CEF, no valor de R\$ 2.025.000,00, destinada ao financiamento de obras de urbanização, saneamento e plano habitacional. Relator: Senador Waldeck Omelas. Parecer: favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: aprovado parecer do Relator. **Ofício "S" Nº 08, de 1998**, "Solicitação da Prefeitura Municipal de Sobral para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Ceará, no valor de R\$ 612.800,00, destinada ao financiamento de obras de infra-estrutura. Relator: Senador Waldeck Omelas. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: aprovado parecer do Relator. **Mensagem nº 70, de 1998**, que "Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao 1º Trimestre de 1998". Relator: Vilson Kleinübing. Parecer: favorável nos termos do PDS que apresenta. Resultado: aprovado parecer do Relator. **Ofício "S" Nº 06, de 1998**, "Solicitação

do Governo do Maranhão para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BIRD, no valor de US\$ 80.000.000,00, destinados a financiar o Programa de Combate à Pobreza Rural". Relator: Senador Waldeck Ornelas. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador Bello Parga, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Declaro aberta a 2ª Reunião da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 1 da pauta, de natureza não terminativa, é uma solicitação da Prefeitura Municipal de Sobral para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal. O Relator, o Senador Waldeck Ornelas, apresenta parecer favorável.

Concedo a palavra a S. Exª para apresentar o seu relatório.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o item nº 1 trata de uma operação de crédito da Prefeitura Municipal de Sobral junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$2 milhões e 25 mil reais. Os recursos são destinados à urbanização, saneamento e execução do plano habitacional para o Bairro Padre Palhano.

O processo está todo regular, tendo, no entanto, o Banco Central manifestado-se desfavoravelmente com base em dois fatores: um era a não-existência de Plano Plurianual e o outro é o fato de que a Resolução do Conselho Monetário Nacional limitava as aplicações por parte do sistema financeiro no setor público.

Ora, com relação ao Plano Plurianual, a Prefeitura Municipal apresentou, perante o Senado Federal, cópia do plano aprovado para o período que agora se inicia, a partir de 1998. Efetivamente, a gestão anterior não tinha feito o Plano Plurianual.

De outro lado, a Resolução do Conselho Monetário estabelece o controle na Caixa Econômica e não junto ao tomador dos recursos, ou seja, é o volume, o saldo de empréstimos para o setor público das agências dos estabelecimentos financeiros. Mesmo assim, já houve uma nova Resolução do Conselho Monetário Nacional, que liberou recursos

do FGTS para empréstimos aos Governos, portanto, ao setor público.

O parecer é favorável, nos termos do projeto de resolução anexo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O parecer favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2:

Solicitação da Prefeitura Municipal de Sobral para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado de Ceará.

O Relator é o Senador Waldeck Ornelas, a quem concedo a palavra.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um outro pleito, esse no valor de R\$612 mil e 800, destinando-se os recursos à urbanização, saneamento, terraplanagem, pavimentação, construção de equipamentos urbanos e execução do plano habitacional no Bairro Alto de Brasília, também no Município de Sobral. Esse é um empréstimo não com a Caixa Econômica, mas com o Banco do Estado do Ceará.

Todos os elementos técnicos são favoráveis, de maneira que o parecer é favorável na forma do projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O parecer é favorável.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

(Intervenção fora do microfone.)

Fica registrada a preocupação manifestada pelo Senador Vilson Kleinübing.

Indago do Relator se quer fazer algum comentário sobre o assunto.

O SR. WALDECK ORNELAS – O parecer do Banco Central demonstra que a Prefeitura atende a todos os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 69, capacidade de endividamento e pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, tenho para relatar um projeto do Estado do Maranhão. O parecer está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Como o Senador Waldeck Ornelas já relatou duas matérias,

concedo então a palavra a S. Ex^a para relatar o projeto extrapauta.

O SR. WALDECK ORNELAS – O programa do Governo do Maranhão trata de um crédito junto ao Banco Mundial para a execução do Programa de Combate à Pobreza Rural, que dá continuidade a um antigo programa chamado Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que esta Casa já aprovou em relação a vários Estados do Nordeste – creio que faltam apenas dois Estados para complementar o conjunto dos Estados. O Papi era um programa federal, e os programas de combate à pobreza rural são estaduais.

Como se vê, os Estados nordestinos é que estão assumindo essas responsabilidades externas com relação ao combate à pobreza.

Quanto ao mérito do projeto, não há nenhuma dificuldade.

Os pareceres e as informações técnicas em nenhum momento incluíram ou especificaram quais as contrapartidas que deveriam ser dadas pelo Estado do Maranhão.

De modo que, no projeto de resolução, estamos incluindo as quotas-partes do Fundo de participação e as receitas próprias do ICMs. Incluímos também no projeto de resolução que o Estado deverá, antes da assinatura do contrato, cumprir alguns condicionamentos estabelecidos, evitando assim o pagamento de taxas de compromisso por conta de providências que devam ser previamente adotadas.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Manifestou-se o Relator favoravelmente ao parecer, nos termos do projeto de resolução por S. Ex^a apresentado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4 da pauta.

Encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1998.

Como o projeto está tempestivamente apresentado, concedo a palavra ao Relator, Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, o Banco Central e o Ministério da Fazenda, por meio de mensagem presidencial, está encaminhando, conforme prevê a Constituição e o Regimento Interno do Senado, a programação monetária do primeiro trimestre de 1998 – Mensagem nº 70.

Depois de diversas observações feitas nesta Comissão, felizmente conseguimos ter essa programação monetária dentro dos prazos previstos pela Constituição.

Cabe-me salientar – não lerei todo o parecer por ser muito técnico, aliás muito bem elaborado pela Assessoria Econômica e Legislativa do Senado da República – esses índices que aparecem na página 2, demonstrando exatamente a ampliação que o Governo pretende fazer sobre os indicadores da base monetária brasileira.

Com relação ao M1, que representa a moeda em poder do público e os depósitos à vista da população, estão prevendo um crescimento de 6,4%, de inflação e algo mais. A base restrita, 10,4%. O que poderá chamar a atenção é essa base ampliada, onde o crescimento é de 75,7%, que é, na verdade, o dinheiro em poder do público mais todos os títulos públicos, todas as dívidas públicas dos Estados, Municípios e da União. Esses 75,7% dos títulos públicos – porque esse aumento é efetivamente necessário, porque o Congresso Nacional aprovou aquela operação de R\$106 bilhões para a rolagem, em trinta anos, das dívidas federais. Aliás, uma grande parcela dessas dívidas era com os bancos públicos e privados, em AROS, que havia, no caso de São Paulo, com o Banespa, além de uma série de outras dívidas que os Estados possuem e que, neste ano, vai ser transformada, com autorização inclusive do Senado Federal, em títulos públicos vencíveis em trinta anos. Por isso, a justificativa desse aumento de 75% dessa base ampliada, que acaba também, em função disso, mexendo no M-4, que é a informação completa de todos os valores agregados monetários do País.

Em função disso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, além das informações da Mensagem sobre os itens econômicos, como, por exemplo, a política restritiva de crédito, a questão das taxas de juros, que subiram em função da crise asiática, a restrição da inflação, que continua firme, pela base monetária aqui colocada, o Governo fornece essas informações ao Senado, corretamente, dentro do prazo.

Por isso, como Relator, proponho a aprovação integral da proposta e da Mensagem do Presidente. Não há o que discutir tecnicamente. Trata-se de indicadores da política econômica, e não vejo razão nenhuma para que o Senado rejeite algo dessa programação monetária.

Meu parecer é favorável, nos termos da resolução que está sendo apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em discussão o parecer favorável do Relator, Senador Vilson Kleinübing. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item 5 da pauta, de natureza não terminativa. Trata-se de solicitação do Governo do Estado da Bahia para emitir letras do Tesouro da Bahia, destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998. É Relator o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a retirada de pauta desse projeto, uma vez que, embora se refira a letras do Tesouro, inclusive algumas que venceriam hoje, 15 de janeiro, já foi aprovado por esta Casa o acordo de renegociação da dívida do Estado da Bahia com o Governo Federal, e os contratos já foram assinados. As Secretarias do Tesouro Nacional e da Fazenda do Estado informaram-me que não haverá mais necessidade de se jogarem no mercado essas letras, visto que elas estão sendo trocadas por letras federais, com os prazos estabelecidos no Programa de Renegociação das Dívidas dos Estados.

Sendo assim, solicito a retirada de pauta do projeto, aguardando um provável ofício do Governador, retirando o pedido do Senado Federal. Não peço de imediato o arquivamento apenas por medida de precaução.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Pede a retirada de pauta o Senador Waldeck Ornelas. Sobre o assunto, concedo a palavra ao Relator.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Vou esforçar-me bastante para falar com o Ministro da Fazenda para que não retire esse projeto e para que a Bahia faça essa rolagem com o pagamento de 2%, porque, na outra rolagem, quando a Bahia tinha possibilidade de pagar quase 13%, o Senador Waldeck Ornelas, depois de vencido aqui na Comissão, foi ao Plenário e lutou bravamente, como baiano, pela Bahia, para rolar 100%. Agora, que esse Estado não pode pagar os 100%, mas 2%, foi salvo pelo gongo. Espero que ainda haja possibilidade de se fazer a Bahia pagar pelo menos 2%.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Esse gongo, na realidade, salvou a Bahia e outros Estados.

Atendendo o pedido do Senador Waldeck Ornelas, retiro esse projeto de pauta.

Sobre a mesa requerimento à Comissão que passo a ler:

"Srs. Senadores, tendo em vista o disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado, solicito depoimento do Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, sobre o relatório anual das atividades daquela autarquia. Sugiro, outrossim, que o referido depoimento seja realizado anualmente nesta Casa, com vista à apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos no desempenho das suas atividades de:

1) prevenção e repressão das infrações de ordem econômica;

2) análise das fusões e aquisições, notadamente daquelas decorrentes do Programa de Nacional de Desestatização;

3) advocacia da concorrência junto à sociedade e administração pública;

4) cooperação junto às agências regulatórias nacionais, buscando a preservação dos níveis de concorrência do mercado;

5) cooperação e integração junto às agências internacionais de defesa da concorrência;

6) difusão da cultura da concorrência.

Por fim, sugiro que o relatório anual das atividades do Cade, apresentado pelo seu Presidente seja amplamente divulgado, com a colaboração desta Casa, como forma de prestação de contas à coletividade, que é titular dos bens protegidos pela Lei de Defesa da Concorrência.

Tendo em vista que se trata de matéria de grande abrangência e com repercussão até em outras comissões, reservo-me para submeter o requerimento do Senador Lúcio Alcântara na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Há dois itens, que, em virtude da ausência dos Relatores, ficarão adiados para a próxima reunião. Um é do Sr. Senador Casildo Maldaner e refere-se ao Estado do Rio Grande do Sul; e o outro é do Sr. Senador Esperidião Amin e refere-se ao Estado do Espírito Santo.

Eles foram retirados de pauta.

Agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a reunião, recomendando à secretaria que colha as assinaturas dos Senadores que acabaram de retirar-se nos processos referentes.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h04min.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 103, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora **JACQUELINE AGUILERAS MAFFIA**, matrícula 1881-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO**, da Subsecretaria Industrial e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC07, de **CHEFE DE GABINETE**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 104, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **WILSON PEREIRA DE CARVALHO FILHO**, matrícula 1869-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO**, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 105, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar a servidora MARIA LÚCIA CORREIA DA ROCHA, matrícula 1272-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 106, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor JOSÉ YORDAN DE LIMA, matrícula 0967-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC03, de **AUXILIAR DE GABINETE**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 05 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 107, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **JOSÉ ANTONIO VALADÃO**, matrícula 3288-SF, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC03, de **AUXILIAR DE GABINETE**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 05 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 108, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **VILMAR ALVES PEREIRA**, matrícula 1895-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 109, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor FRANCISCO DOMINGOS DA SILVA, matrícula 0905-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC03, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 110, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora DELAINE DE SOUZA SILVA, matrícula 1776-SEEP, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 08 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 111, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora **JOANA DARCK PEREIRA DO NASCIMENTO**, matrícula **1859-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 112, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora **ANN CHERIDAN FERREIRA BEZERRA E SILVA**, matrícula **2221-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 1997.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 113, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997,

R E S O L V E :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

Voetur Cargas e Encomendas Ltda- Contratação de empresa especializada em transporte terrestre de máquinas e equipamentos sensíveis, conforme estipulado no Convite nº 123/97 (Processo nº 1819/97-6) - **Titular: Manoel Carlos Carvalho Moreira**, matrícula 1193; **Substituto: José Gomes de Carvalho Leite**, matrícula 1353.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 114, DE 1998

Aprova os Quadros de Detalhamento da Despesa do Orçamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, relativos ao exercício de 1998.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

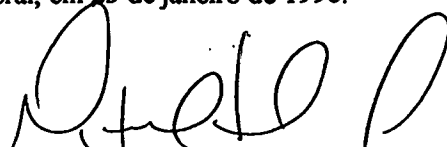
Art. 1º - Ficam aprovados na forma dos Anexos I e II a este Ato os Quadros de Detalhamento da Despesa do Orçamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações para o exercício de 1998, das Unidades a seguir relacionadas:

02.104 - Secretaria Especial de Editoração e Publicações

02.904 - Fundo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 1998.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral do Senado Federal

02.000 - SENADO FEDERAL

02104 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

ANEXO I

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD RECURSOS DE TODAS AS FONTES COM TRANSFERÊNCIAS EXERCÍCIO DE 1998					FISCAL R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
01.007.0021.4900 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	319008	100	200.000		
01.007.0021.4900.0001 - MANUTENÇÃO DE SERV. DE ADM. GERAL	319009	100	22.000		
	319011	100	108.143.939		
	319013	100	9.459.192		
	319016	100	8.591.600		
	349014	100	194.000		
	349030	100	3.293.659		
	309033	100	97.000		
	309036	100	92.150		
	349037	100	2.445.370		
	349039	100	3.106.733		
	459052	100	1.547.950	137.193.593	
01.007.0021.4900.0002 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	349039	100	252.200	252.200	
01.007.0021.4900.0003 - REPAROS, REFORMAS E ADAP. DE IMÓVEIS	459051	100	132.000	132.000	
01.041.0190.4500 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR					
01.041.0190.4500.0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	349008	100	611.100	611.100	
01.078.0486.4089 - PRESTAÇÃO DE BENEF. AO SERV. PÚBLICO					
01.078.0486.4089.0003 - CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	349039	100	95.708	95.708	
01.078.0486.4089.0006 - AUXÍLIO - REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO	349039	100	4.365.000	4.365.000	
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL	
142.649.601	126.416.731	14.552.920	1.679.950	142.649.601	

02.000 - SENADO FEDERAL

02904 - FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

ANEXO II

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD RECURSOS DE TODAS AS FONTES COM TRANSFERÊNCIAS EXERCÍCIO DE 1998				FISCAL R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL 01.007.0021.4900.0001 - MANUTENÇÃO DE SERV. DE ADM. GERAL	319016	150	500.000	6.045.983
	349014	150	200.000	
	349030	150	1.510.173	
	349033	150	250.000	
	309036	150	50.000	
	349037	150	2.000.000	
	349039	150	1.000.000	
	459052	150	535.810	
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
6.045.983	500.000	5.010.173	535.810	6.045.983

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 115, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora **MARILZA SOARES DA SILVA**, matrícula 1729-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Treinamento Industrial Profissionalizante, da Subsecretaria de Apoio Técnico e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Atendimento ao Usuário, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 12 de janeiro de 1998.

Brasília, 23 de janeiro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 116, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000536/98-9,

RESOLVE dispensar a servidora **SANDRA MARIA SOARES DE CARVALHO**, matrícula 1596, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Edison Lobão, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 13 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 23 de janeiro de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

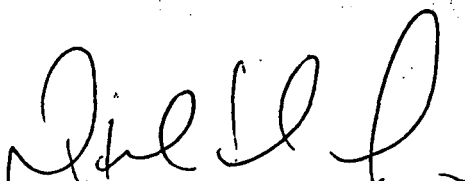
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 117, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000537/98-5,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ DE ASSIS CASTRO BINA**, matrícula 3946, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 -

Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Edison Lobão, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 13 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 23 de janeiro de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 118, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

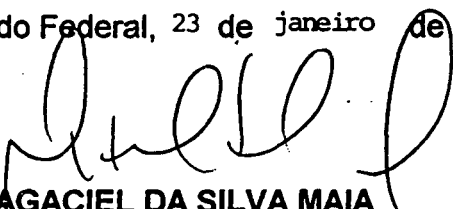
RESOLVE:

Art. 1º - É designado o servidor **CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 4755, como gestor titular do contrato nº 069/97, celebrado entre o Senado Federal e **XEROX DO BRASIL LTDA**.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 119, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 4755, e SYLVIA DE ALBUQUERQUE CARVALHO, matrícula nº 2913, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 043/96, celebrado entre o Senado Federal e KODAK BRASILEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 120, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 4755, e SYLVIA DE ALBUQUERQUE

CARVALHO, matrícula nº 2913, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 042/96, celebrado entre o Senado Federal e XEROX DO BRASIL LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 121, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº SF-007.761/97-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO CUNHA RIBEIRO, no cargo em comissão de Secretário Parlamentar, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 1990, com proventos integrais, por ter implementado as condições para aposentar-se no período compreendido entre a edição da Lei nº 8.112, de 11.12.90, e o advento da Lei nº 8.647, de 13.04.93, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª - Emilia Fernandes - Bloco - RS 2ª - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3ª - Joel de Hollanda - PFL - PE 4ª - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Pères José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Odacir Soares</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
---	--	---

Atualizada em 8/1/98.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

- 1. Elcio Alvares
- 2. Francelino Pereira
- 3. Waldeck Ornelas
- 4. José Alves

- 1. Casildo Maldaner
- 2. Ramez Tebet
- 3. Nabor Júnior
- 4. Ney Suassuna

- 1. Lúdio Alcântara
- 2. (Vago)

- 1. Eptácio Cafeteira
- 2. Osmar Dias

- 1. Emília Fernandes

- 1. Osmar Dias

- 1. Marina Silva

- 1. (Vago)

PFL

PMDB

PSDB

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

PTB

PP

PT

PDT

Membro Nato
Romeu Tuma
(Corregedor)

Suplentes

- 1. José Agripino
- 2. Carlos Patrocínio
- 3. Vilson Kleinübing
- 4. José Bianco

- 1. (Vago)
- 2. Gerson Camata
- 3. Flaviano Melo
- 4. Coutinho Jorge

- 1. Jefferson Péres
- 2. José Ignácio Ferreira

- 1. Lucídio Portella

- 1. Arlindo Porto (afastado por
exercer cargo de Ministro de Estado)

- 1. Antonio Carlos Valadares

- 1. Lauro Campos

- 1. Sebastião Rocha

(Atualizado em 20-01-98)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: **ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)**
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: **EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)**
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: **CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)**
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

ATUALIZADO EM 21/01/98

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
VAGO		4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB			
JOSÉ EDUARDO	PR-4059/60	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG- 2131/37

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

**1.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS
ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS**

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS

(09 TITULARES E 09 SUPLENTE)

PRAZO: 18.11.97

TITULARES

SUPLENTE

		PFL	
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	1- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	2- JONÁS PINHEIRO	MT-2271/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	3- EDISON LOBÃO	MA-2311/12
		PMDB	
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	1- JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
		PSDB	
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	1-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	1-EDUARDO SUPLYCY - PT	SP- 3215/16
		PPB + PTB	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR- 4059/60

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605
FAX: 311-4344

SALA Nº 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255
E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26.09.97

ANDAMENTO

EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- VAGO	
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2131/37

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6.
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-ODACIR SOARES	RO-3218/3219
------------------	------------	-----------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 13/01/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-VAGO	
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **FAX: 311-3121**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEY TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO (1)	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)
FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs**

PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB			
VAGO		1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			

PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219

(**) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 15/01/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A
UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
PMDB			
VAGO		JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(**) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

(*) Atualizada em: 15/01/98

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Samey

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

TITULARES	SUPLENTEs
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDÍAO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTEs
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELso RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECHER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 -
BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187438 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 9/9/97.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

RS 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$ 15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisenchner e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármem Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcilio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Núria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência-1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:	Fax:		

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3576/3576/3579. Fax: (061) 311-4268. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.503 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATARIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS